

**Nº26 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 27 de dezembro
de 2018. -----**

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Eng.^a Paula Fernanda da Mota Chaves, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos, Sra. Dra. Maria Manuela Pereira Tender e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de vinte de dezembro de dois mil e dezoito. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - AUSÊNCIA DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, SENHOR ENG. VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS. -----

De acordo com a informação prestada, sobre a matéria, pelo Presidente da Câmara, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng. Victor Augusto Costa Santos, irá estar ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, por se encontrar no gozo do seu período de férias. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

III - INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, SENHOR DR. NUNO VAZ RIBEIRO.

Iniciada a reunião, usou da palavra, o Presidente da Câmara, Nuno Vaz, tendo começado por desejar, a todos os presentes, a continuação de festas felizes e um bom ano de 2019, cheio de saúde e felicidade. --- Deu nota que a presente reunião ordinária, deste executivo, é a última reunião antes do final do ano de 2018. -----

Seguidamente, o Presidente da Câmara, deu conhecimento, ao Executivo Municipal, dos seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

a) Nota de congratulação - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara apresentou uma nota de congratulação, pelo facto do Professor de Física e Química, Jorge Teixeira, da Escola Secundária, Dr. Júlio Martins, eleito, recentemente, o melhor Professor Nacional, estar, também, entre os 50 finalistas, no âmbito do prestigiado concurso "Global Teacher Prize", com projecção a nível mundial. ----- O prémio do concurso mundial, cuja primeira edição aconteceu em 2015, é de 1 milhão de dólares (aproximadamente 880 mil euros). ----- O facto de um nosso conterrâneo estar a disputar um concurso de tão relevante prestígio, constitui um motivo de orgulho e satisfação para o Concelho de Chaves e, particularmente, para toda a comunidade educativa do Concelho. -----

b) Orçamento Participativo 2018 - "Lenda de São Martinho" - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que a proposta para a recriação do evento cultural romano, "Lenda de São Martinho", foi a proposta vencedora do Orçamento Participativo, no ano de 2018, com 71,5% dos votos. -----

Em segundo lugar, ficou a proposta denominada "Inclusão - O Desporto faz parte da solução", com 26,8% das votações, e, em terceiro lugar, com 1,6% dos votos, a proposta denominada "Recriação de Costumes rurais em Feira Temática". -----

c) Nota de congratulação - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara apresentou uma nota de congratulação, pelo 8º lugar alcançado, na categoria 80 e 90Kg, pelo atleta flaviense, João Silva, no campeonato do Mundo de Masters de Fisiculturismo que decorreu, entre os dias 7 e 9 de dezembro, em Tarragona, Espanha. -----

III - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, JOÃO CARLOS ALVES NEVES. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves, tendo abordado, verbalmente, os seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal: -----

- Pontão da Galinheira: Sobre esta matéria, o Vereador Interveniente começou por referir que, vários cidadãos do Concelho, lhe têm manifestado a sua preocupação, tendo em vista o rápido melhoramento das condições de circulação do Pontão da Galinheira, o qual assegura a travessia, de pessoas e veículos, das margens do Rio Tâmega. -----
De facto, a situação, atualmente, vivida vem comprometendo a circulação de pessoas e bens, entre as margens do Rio Tâmega, com todos os inconvenientes daí recorrentes, particularmente, para os cidadãos que desenvolvem, naquela zona, a sua atividade agrícola. ---

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - A estrutura, atualmente, existente, construída na década de 80, não foi concebida para trânsito pesado. -----

2 - Fruto da sua utilização inadequada, tal estrutura acabou por colapsar. -----

3 - Como solução de recurso, no sentido de serem minorados os perigos decorrentes da sua utilização, o Município colocou barreiras físicas, no caso, pedregulhos de grande porte, junto aos acessos do respetivo pontão. -----

4 - O Município já estabeleceu contacto institucional, com a "APA", em vista a ser encontrada uma solução, técnica e física, que se mostre adequada para garantir a normal e segura utilização de tal infraestrutura. -----

5 - Por último, a Autarquia já inscreveu, no seu orçamento municipal, a vigorar no próximo ano de 2019, uma verba destinada, precisamente, a suportar os encargos relacionados com a requalificação de tal estrutura, sendo respeitadas as limitações inerentes à sua própria natureza e funcionalidade. -----

Retomou a sua intervenção, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves, tendo alertado para a aparente insegurança da ponte de Vila Verde da Raia, sugerindo a realização de obras de conservação da mencionada infraestrutura municipal. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: -- Já foram dadas orientações, junto dos serviços municipais competentes, no sentido de serem contratados serviços externos tendo, precisamente, como objeto, a avaliação do estado de conservação, deste tipo de infraestruturas municipais, sendo, sequencialmente, adotadas todas as medidas recomendadas, em tal sede, e indispensáveis à adequada segurança das mesmas. -----

IV - INTERVENÇÃO DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, DRA. MARIA MANUELA PEREIRA TENDER. -----

Usou da palavra, a Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo abordado, verbalmente, as atuais condições de funcionamento do balcão da Caixa Geral de Depósitos, em Chaves. -----

De facto, os serviços prestados, pela Caixa Geral de Depósitos, banco com capital público, vêm apresentando, sucessivamente, no Concelho de Chaves, um estado de degradação funcional crescente que não é aceitável e que merece veemente protesto dos representantes dos Flavienses. --- Perante a decisão de encerramento do segundo balcão da "CGD" existente, na cidade de Chaves, a instituição bancária deveria ter promovido os necessários ajustamentos ao funcionamento dos serviços prestados aos seus clientes no único balcão existente em Chaves, reforçando recursos humanos e substituindo o parque informático obsoleto que avaria frequentemente confrontando os clientes com a necessidade de recorrer ao balcão pagando as taxas correspondentes e cada vez mais onerosas. Também as condições do posto de atendimento ao cliente deixam muito a desejar, por ser incapaz de dar resposta eficaz e célere à quantidade de clientes que a ele recorre e por desrespeitar a salvaguarda da privacidade individual e do sigilo bancário, estando colocado mesmo em frente à porta de entrada da instituição e sempre com muita gente à volta, quando se solicitam dados como moradas, contactos telefónicos, etc., o que exigia maior resguardo. -----

Em suma, atualmente, o único balcão da CGD de Chaves funciona em condições funcionalmente muito deficitárias, evidenciando grandes filas de espera, gerando uma pressão inusitada, quer para os clientes, sujeitando-se estes a um longo tempo de espera, quer para os próprios profissionais do balcão que frequentemente são confrontados com a expressão de indignação e insatisfação por parte dos clientes.----- O Presidente da Câmara deveria solicitar uma reunião, junto do Conselho de Administração da "CGD", manifestando, em tal sede, a sua preocupação e protesto sobre as condições de atendimento do único balcão da Caixa Geral de Depósitos instalado em Chaves, não dispondo o mesmo de condições dignas de atendimento, não dignificando as mesmas a própria imagem da instituição bancária, diga-se, de capitais públicos, e os seus profissionais e clientes. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: -- A posição manifestada, sobre a matéria, pela Vereadora do PSD, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, será levada, oportunamente, ao conhecimento do Conselho de Administração da "CGD", no sentido de ser melhorada a qualidade de atendimento do balcão de Chaves. ----- A circunstância associada ao encerramento de um balcão de atendimento, na cidade de Chaves, parece ser, à partida, uma das principais causas

desta degradação, no atendimento desenvolvido no único balcão existente da "CGD", em Chaves. -----

 Usou, novamente, da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves, tendo alertado para as péssimas condições de atendimento ao público praticadas, no balcão da "EDP", em Chaves. -----

 Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
 Tais serviços de atendimento não são assegurados, diretamente, pela empresa "EDP", mas sim, por um agente privado. -----

V - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo, verbalmente, começado por renovar votos de boas festas e bom ano de 2019 para todos os presentes. Acompanha, integralmente, os argumentos apresentados, pela Vereadora do PSD, sobre o funcionamento do balcão da "CGD", em Chaves. -----
 De facto, ontem mesmo, havia clientes para atender, no aludido balcão, que estavam numa fila, cujo tempo de espera - mais de três horas -, é vivido na própria via pública. -----
 Este estado de coisas é inaceitável, devendo, a autarquia, formalizar um voto de protesto, sobre a matéria, junto dos responsáveis da "CGD".-
 Esta situação sai ainda agravada com a recorrente inoperacionalidade dos equipamentos informáticos existentes no balcão de Chaves da "CGD".-----

I

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 13 de dezembro de 2018. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----
 Não participaram na votação deste assunto, os Vereadores do Partido Social Democrata, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas e Dra. Maria Manuela Pereira Tender, em virtude de não terem estado presentes na reunião da Câmara Municipal titulada pela ata objeto de aprovação. --

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. CALENDÁRIO DAS REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO 2019. PROPOSTA N.º 100/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Justificação -----

1. Considerando que, por deliberação praticada na reunião do executivo municipal, realizada no pretérito dia 27 de outubro de 2017,

veio a ser aprovada a proposta n.º 01/GAP/2017, consubstanciada na fixação da periodicidade quinzenal das reuniões ordinárias do executivo municipal, realizando-se as mesmas às quintas-feiras, pelas 09:00 horas, proposta essa que veio a ser, por maioria dos membros do executivo, devidamente aprovada; -----

2. Neste contexto, e de acordo com a credencial legal prevista no artigo 40º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro torna-se necessário calendarizar às reuniões do Órgão Executivo Municipal, para o ano de 2019, calendário esse que deverá passar a vigorar, a partir do próximo mês janeiro de 2019; -----

3. Durante o próximo ano, mantendo a periodicidade temporal quanto à realização das reuniões ordinárias do executivo, as mesmas passarão a ter lugar, às segundas-feiras, a partir das 14:00 horas. -----

II - Da Proposta -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, submeto à aprovação do Executivo, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 40º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o regime de funcionamento do Órgão Executivo Municipal, acima, configurado - Reuniões Ordinárias Quinzenais, às segundas-feiras, a partir das 14:00 horas - o qual entrará em vigor, a partir do próximo mês janeiro de 2019, de acordo com a seguinte calendarização, exarada no quadro sinóptico abaixo apresentado e com projeção para o ano de 2019: -----

Ano 2019	
Janeiro	07
	21 (Reunião Pública Mensal)
Fevereiro	04
	18 (Reunião Pública Mensal)
Março	04
	18 (Reunião Pública Mensal)
Abril	01
	15
	29 (Reunião Pública Mensal)
Mai	13
	27 (Reunião Pública Mensal)
Junho	11*
	24 (Reunião Pública Mensal)
Julho	09*
	22 (Reunião Pública Mensal)
Agosto	05
	19 (Reunião Pública Mensal)
Setembro	02
	16
	30 (Reunião Pública Mensal)
Outubro	14
	28 (Reunião Pública Mensal)

Novembro	11
	25 (Reunião Pública Mensal)
Dezembro	09
	23 (Reunião Pública Mensal)

* - A reunião realizar-se-á, nesta data, em virtude do dia da reunião coincidir com um feriado;

** - A calendarização, para o ano de 2020, será presente para conhecimento do órgão executivo municipal durante o mês de Dezembro de 2019.

Por último, dever-se-á publicitar a presente proposta pelos meios, formas e locais legalmente estatuidos para o efeito. -----
Chaves, 20 de dezembro de 2018. -----
O Presidente da Câmara Municipal -----
(Nuno Vaz) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

De seguida, concluída a análise, discussão e votação do assunto, em apreciação, usou da palavra, a Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo prestado o seu reconhecimento, ao Executivo Municipal, pela aprovação desta nova proposta de calendarização das reuniões ordinárias da Câmara Municipal. -----

A presente proposta irá permitir uma melhor compatibilização do exercício do seu mandato autárquico com as suas funções de deputada, na Assembleia da República. -----

Reitera, por isso, os seus agradecimentos, pela adoção desta medida, a partir do próximo ano de 2019. -----

Por último, aproveitou a oportunidade para se associar aos votos de congratulação apresentados, pelo Presidente da Câmara, no início da presente reunião, distinguindo, os mesmos, o sucesso, profissional e desportivo, alcançado pelos diversos flavienses mencionados nas notas de congratulação. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL -. EXECUTADO: VIVIANO MAIA CARDOSO BARBOSA - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 260/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Na sequência do requerimento subscrito por Viviano Maia Cardoso Barbosa, documento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 13075/18, datado do pretérito dia 13/12/2018, veio a ser solicitado, pelo requerente, a

autorização do pagamento em 12 prestações de uma dívida referente a taxas municipais devidas pela ocupação de espaço na feira semanal do Município de Chaves, conforme documento que junta em anexo. -----

2. O peticionário instruiu o seu requerimento, com a cópia do Atestado, emitido em 11/12/2018, pela Junta de Freguesia da União de Freguesias de Peso da Régua e Godim (Município de Peso da Régua), atestando em síntese, inequivocamente, que Viviano Maia Cardoso Barbosa, não possui meios económicos para efetuar o pagamento integral da dívida à Câmara Municipal de Chaves, solicitando o pagamento da respetiva dívida em prestações mensais. -----

3. A dívida do requerente, em execução, à data da apresentação do requerimento, ascende a quantia de € 509,83, desagregada da seguinte forma, a saber: -----

- 332,80 €, referente ao valor em dívida; -----
- 23,07 €, relativo a juros de mora; -----
- 102,96 €, relativo a custas processuais; -----
- 51,00 €, referente à taxa de justiça. -----

4. Assim, sobre o pedido formulado, cumpre informar o seguinte:

II - Do Enquadramento Legal -----

1. Atendendo ao facto de que a dívida, em causa, se encontra em fase de execução fiscal, é possível, ao abrigo do disposto no n.º1, do art.196.º, do C.P.P.T, requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal. -----

2. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e **o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização**, nos termos do disposto no n.º5, do art. 196.º, do CPPT, ou seja, **cada prestação não poderá ser inferior a € 102 euros**. -----

3. Refira-se, que a importância a dividir em prestações não compreende os encargos do processo executivo, nem os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento, conjuntamente, com a prestação, de acordo com o disposto no nº8, da retrocitada disposição legal. -----

4. Ora, de acordo com os elementos constantes no correspondente processo, à data da apresentação da pretensão em causa - pedido de pagamento em prestações de dívidas em execução fiscal -, a dívida exequenda ascende a € 332,80, à qual acrescem juros de mora e custas processuais, associadas ao processo de execução fiscal¹. -----

5. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, o ora peticionário não reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 12 prestações mensais, uma vez que, em face do valor em dívida exequenda, não é possível fixar o montante de cada prestação num valor superior a uma unidade de conta. -----

6. Contudo, atento o montante em dívida, será possível o pagamento faseado da mesma em três prestações mensais, iguais e sucessivas, no

¹ Sendo certo que o valor em causa pode sofrer alterações até à eventual aprovação do plano de pagamento, em face, designadamente, dos juros de mora, bem como de outras dívidas que o requerente possa vir a contrair e que entrem em fase de cobrança coerciva através de execução fiscal. -----

valor de € 110.93², ficando, nesta justa medida, o valor unitário de cada prestação acima do valor correspondente a uma unidade de conta.

7. Por força do disposto no n.º5, do art.198.º, do CPPT, o requerente, enquanto pessoa singular, está dispensado de prestar garantia, uma vez que a dívida exequenda é inferior a € 5.000. -----

8. Refira-se, contudo, que estando dispensado de prestar garantia, a falta de pagamento de uma prestação implicará o vencimento imediato das seguintes, sem mais, prosseguindo o processo de execução fiscal os seu termos, por força do disposto no n.º4, do artigo 200.º, do CPPT. -----

9. Por último, de acordo com o estatuído na parte final, do n.º2, do art.198.º, do CPPT, o pagamento da primeira prestação deve ser efetuado no mês seguinte àquele em que for notificado o despacho. --

III - Propostas -----
Em coerência com o teor das razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa, consubstanciada no deferimento do pagamento da quantia em dívida, em três prestações mensais, iguais e sucessivas, no valor de € 110,93², de acordo com o quadro legal aplicável, não se afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida; -----

b) A importância a dividir em prestações não compreende as custas processuais e os juros de mora, associados, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º8, do artigo 196.º, do CPPT; -----

c) Sendo certo que a autorização de pagamento em prestações da dívida exequenda, não afasta o dever de pagamento do valor associado às custas processuais e taxa de justiça; -----

d) Por força do disposto no n.º5, do artigo 198.º, do CPTT, **o requerente está dispensado de prestar garantia;** -----

e) Sequencialmente, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art.114º, do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

f) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----

g) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado da presente informação, ao Gabinete do Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. -----

É tudo, de momento, o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 14 de dezembro de 2018.-----

A Técnica Superior Jurista -----

(Ana Tomaz) -----

Em anexo: Os Autos de Execução Fiscal Administrativa n.ºs: 351/18, 352/18, 353/18, 354/18, 355/18, 356/18, 357/18, 358/18, 359/18,

² Nota: Na primeira prestação deverá ser cobrado ao executado o valor de 110,94 € (com a finalidade de perfazer e acertar o valor total de 332,80 €). -----

360/18, 361/18, 362/18, 363/18, 364/18, 365/18, 366, cujo executado consta Viviano Maia Cardoso Barbosa. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DO DIA 18.12.2018. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.12.20. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES. - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL

-. EXECUTADO: ISABEL MAIA. INFORMAÇÃO N.º 261/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Na sequência do requerimento subscrito por Isabel Maia, documento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 13074/18, datado do pretérito dia 13/12/2018, veio a ser solicitado, pela requerente, a autorização do pagamento em 12 prestações de uma dívida referente a taxas municipais devidas pela ocupação de lugar na feira semanal de Chaves, conforme documento que junta em anexo. -----

2. A peticionária instruiu o seu requerimento, com a cópia do Atestado, emitido em 11/12/2018, pela Junta de Freguesia da União de Freguesias de Peso da Régua e Godim (Município de Peso da Régua), atestando em síntese, inequivocamente, que Isabel Maia, não possui meios económicos para efetuar o pagamento integral da dívida à Câmara Municipal de Chaves, solicitando o pagamento da respetiva dívida em prestações mensais. -----

3. A dívida da requerente, em execução, à data da apresentação do requerimento, ascende a quantia de € 594,50, desagregada da seguinte forma, a saber: -----

- 420,00 €, referente ao valor em dívida; -----
- 28,25 €, relativo a juros de mora; -----
- 95,25 €, relativo a custas processuais; -----
- 51,00 €, referente à taxa de justiça. -----

4. Assim, sobre o pedido formulado, cumpre informar o seguinte: --

II - Do Enquadramento Legal -----

1. Atendendo ao facto de que a dívida, em causa, se encontra em fase de execução fiscal, é possível, ao abrigo do disposto no n.º1, do art.196.º, do C.P.P.T, requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal. -----

2. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização, nos termos

do disposto no n.º5, do art.196.º, do CPPT, ou seja, **cada prestação não poderá ser inferior a € 102 euros.** -----

3. Refira-se, que a importância a dividir em prestações não compreende os encargos do processo executivo, nem os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento, conjuntamente, com a prestação, de acordo com o disposto no n.º8, da retrocitada disposição legal. -----

4. Ora, de acordo com os elementos constantes no correspondente processo, à data da apresentação da pretensão em causa - pedido de pagamento em prestações de dívidas em execução fiscal -, a dívida exequenda ascende a € 420,00, à qual acrescem juros de mora e custas processuais, associadas ao processo de execução fiscal³. -----

5. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, a ora peticionária não reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 12 prestações mensais, uma vez que, em face do valor em dívida exequenda, não é possível fixar o montante de cada prestação num valor superior a uma unidade de conta. -----

6. Contudo, atento o montante em dívida, será possível o pagamento faseado da mesma em quatro prestações mensais, iguais e sucessivas, no valor de € 105.00, ficando, nesta justa medida, o valor unitário de cada prestação acima do valor correspondente a uma unidade de conta.

7. Por força do disposto no n.º5, do art.198.º, do CPPT, a requerente, enquanto pessoa singular, está dispensada de prestar garantia, uma vez que a dívida exequenda é inferior a € 5.000. -----

8. Refira-se, contudo, que estando dispensada de prestar garantia, a falta de pagamento de uma prestação implicará o vencimento imediato das seguintes, sem mais, prosseguindo o processo de execução fiscal os seu termos, por força do disposto no n.º4, do artigo 200.º, do CPPT. -----

9. Por último, de acordo com o estatuído na parte final, do n.º2, do art.198.º, do CPPT, o pagamento da primeira prestação deve ser efetuado no mês seguinte àquele em que for notificado o despacho.

III - Propostas -----

Em coerência com o teor das razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa, consubstanciada no deferimento do pagamento da quantia em dívida, em quatro prestações mensais, iguais e sucessivas, no valor de € 105,00, de acordo com o quadro legal aplicável, não se afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida; -----

b) A importância a dividir em prestações não compreende as custas processuais e os juros de mora, associados, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário

³ Sendo certo que o valor em causa pode sofrer alterações até à eventual aprovação do plano de pagamento, em face, designadamente, dos juros de mora, bem como de outras dívidas que o requerente possa vir a contrair e que entrem em fase de cobrança coerciva através de execução fiscal. -----

para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º8, do artigo 196.º, do CPPT; -----

c) Sendo certo que a autorização de pagamento em prestações da dívida exequenda, não afasta o dever de pagamento do valor associado às custas processuais e taxa de justiça; -----

d) Por força do disposto no n.º5, do artigo 198.º, do CPTT, **a requerente está dispensada de prestar garantia;** -----

e) Sequencialmente, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art.114º, do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

f) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----

g) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado da presente informação, ao Gabinete do Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. -----

É tudo, de momento, o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 14 de dezembro de 2018. -----

A Técnica Superior Jurista -----

(Ana Tomaz) -----

Em anexo: Os Autos de Execução Fiscal Administrativa n.ºs: 173/18, 174/18, 175/18, 176/18, 177/18, 178/18, 179/18, 180/18, 181/18, 182/18, 183/18, 184/18, 185/18, 186/18, 187/18, 366, cuja executada consta Isabel Maia. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DO DIA 18.12.2018. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.12.20. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL.

EXECUTADO: JOSÉ DOMINGOS CARDOSO INÁCIO.INF. 262/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Na sequência do requerimento subscrito por José Domingos Cardoso Inácio, documento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º13076/18, datado do pretérito dia 13/12/2018, veio a ser solicitado, pelo requerente, a autorização do pagamento em 12 prestações de uma dívida referente a taxas municipais devidas pela ocupação de espaço na feira semanal do Município de Chaves, conforme documento que junta em anexo. -----

2. O peticionário instruiu o seu requerimento, com a cópia do Atestado, emitido em 11/12/2018, pela Junta de Freguesia da União de

Freguesias de Peso da Régua e Godim (Município de Peso da Régua), atestando em síntese, inequivocamente, que José Domingos Cardoso Inácio, não possui meios económicos para efetuar o pagamento integral da dívida à Câmara Municipal de Chaves, solicitando o pagamento da respetiva dívida em prestações mensais. -----

3. A dívida do requerente, em execução, à data da apresentação do requerimento, ascende a quantia de € 337,61, desagregada da seguinte forma, a saber: -----

- 224,00 €, referente ao valor em dívida; -----
- 11,81 €, relativo a juros de mora; -----
- 50,80 €, relativo a custas processuais; -----
- 51,00 €, referente à taxa de justiça. -----

4. Assim, sobre o pedido formulado, cumpre informar o seguinte:

II - Do Enquadramento Legal -----

1. Atendendo ao facto de que a dívida, em causa, se encontra em fase de execução fiscal, é possível, ao abrigo do disposto no n.º1, do art.196.º, do C.P.P.T, requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal. -----

2. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e **o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização**, nos termos do disposto no n.º5, do art.196.º, do CPPT, ou seja, **cada prestação não poderá ser inferior a € 102 euros**. -----

3. Refira-se, que a importância a dividir em prestações não compreende os encargos do processo executivo, nem os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento, conjuntamente, com a prestação, de acordo com o disposto no n.º8, da retrocitada disposição legal. -----

4. Ora, de acordo com os elementos constantes no correspondente processo, à data da apresentação da pretensão em causa - pedido de pagamento em prestações de dívidas em execução fiscal -, a dívida exequenda ascende a € 224,00, à qual acrescem juros de mora e custas processuais, associadas ao processo de execução fiscal⁴. -----

5. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, o ora peticionário não reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 12 prestações mensais, uma vez que, em face do valor em dívida exequenda, não é possível fixar o montante de cada prestação num valor superior a uma unidade de conta. -----

6. Contudo, atento o montante em dívida, será possível o pagamento faseado da mesma em duas prestações mensais, iguais e sucessivas, no valor de € 112.00, ficando, nesta justa medida, o valor unitário de cada prestação acima do valor correspondente a uma unidade de conta.

⁴ Sendo certo que o valor em causa pode sofrer alterações até à eventual aprovação do plano de pagamento, em face, designadamente, dos juros de mora, bem como de outras dívidas que o requerente possa vir a contrair e que entrem em fase de cobrança coerciva através de execução fiscal. -----

7. Por força do disposto no n.º5, do art.198.º, do CPPT, o requerente, enquanto pessoa singular, está dispensado de prestar garantia, uma vez que a dívida exequenda é inferior a € 5.000. -----

8. Refira-se, contudo, que estando dispensado de prestar garantia, a falta de pagamento de uma prestação implicará o vencimento imediato das seguintes, sem mais, prosseguindo o processo de execução fiscal os seu termos, por força do disposto no n.º4, do artigo 200.º, do CPPT. -----

9. Por último, de acordo com o estatuído na parte final, do n.º2, do art.198.º, do CPPT, o pagamento da primeira prestação deve ser efetuado no mês seguinte àquele em que for notificado o despacho. ---

III - Propostas -----

Em coerência com o teor das razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa, consubstanciada no deferimento do pagamento da quantia em dívida, em duas prestações mensais, iguais e sucessivas, no valor de € 112,00, de acordo com o quadro legal aplicável, não se afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida; -----

b) A importância a dividir em prestações não compreende as custas processuais e os juros de mora, associados, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º8, do artigo 196.º, do CPPT; -----

c) Sendo certo que a autorização de pagamento em prestações da dívida exequenda, não afasta o dever de pagamento do valor associado às custas processuais e taxa de justiça; -----

d) Por força do disposto no n.º5, do artigo 198.º, do CPTT, o **requerente está dispensado de prestar garantia**; -----

e) Sequencialmente, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art.114º, do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

f) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----

g) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado da presente informação, ao Gabinete do Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. -----

É tudo, de momento, o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 14 de dezembro de 2018. -----

A Técnica Superior Jurista -----

(Ana Tomaz) -----

Em anexo: Os Autos de Execução Fiscal Administrativa n.ºs: 204/18, 205/18, 206/18, 207/18, 208/18, 209/18, 210/18, 211/18, cujo executado consta José Domingos Cardoso Inácio. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DO DIA 18.12.2018. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.12.20. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. MARINHA MARIA TEIXEIRA CARVALHO INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº236/SHSDPC/N.º114/2018-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.12.05-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.12.19. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO.(PRORROGAÇÃO) INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº237/SHSDPC/N.º115 /2018-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.12.10-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.12.13. -----

À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL. MARIA VELOSO INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº240/SHSDPC/N.º117 /2018-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.12.13-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.12.19. -----

À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL. MARIA SOUSA INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº241/SHSDPC/N.º118 /2018-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.12.17-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.12.19. -----

À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. PROSECUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS AOS INQUILINOS SUJEITOS À RESOLUÇÃO CONTRATUAL. AÇÕES DE DESPEJO DO LOCADO.INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº242/SHSDPC/N.º119/2018-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 5. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.12.18-----

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.12.19. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA DE RENDA (BAIRRO SOCIAL DOS FORTES). INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº243/SHSDPC/N.º120/2018-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 6. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.12.18-----

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.12.19. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vice-presidente da Câmara, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

A posição de abstenção exarada, pelo Vice-presidente da Câmara, sobre a matéria, em apreciação, repousa no facto de o mesmo não conhecer, com o detalhe necessário, o processo administrativo objeto de deliberação. -----

7. PROJETO DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL DO TABOLADO. INFORMAÇÃO Nº 184/DDSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. A Piscina Municipal do Tabolado, visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, servir os cidadãos ao nível de atividades aquáticas, proporcionando igualmente atividades de ensino, de lazer e de ocupação de tempos livres. -----

De modo a garantir que a respetiva utilização se processe de uma forma correta e racional, torna-se essencial a existência de um conjunto de normas e princípios a que deve obedecer a sua utilização. -----

2. Considerando que o órgão executivo camarário, em sua reunião ordinária realizada no dia 01 de outubro de 2012, aprovou as Normas Regulamentares da Piscina Municipal do Tabolado; -----

3. Considerando que tal infraestrutura assume um papel primordial para a prática desportiva, bem como na educação, formação, competição e espetáculo; -----

4. Considerando que a aplicação quotidiana das Normas Regulamentares da Piscina Municipal do Tabolado vieram a evidenciar a necessidade de atualização, bem como das respetivas tarifas, de modo a que a sua gestão, utilização e funcionamento, se processe de uma forma mais coerente, eficiente e eficaz; -----

5. Considerando que, de acordo com o disposto na alínea f), do n.º 2, do art. 23.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a qual estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, os Municípios dispõem, entre outros domínios, de atribuições na área da promoção dos Tempos Livres e Desporto. -----

6. Considerando que dando execução a tal atribuição, de relevante interesse publico para as populações locais, o Município de Chaves dispõe de uma infraestrutura desportiva, no caso a Piscina Municipal do Tabolado, colocada à disposição da população em geral e do concelho em particular; -----

7. Considerando que de acordo com a alínea ee) do ponto 1) do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12/09 compete à Câmara Municipal, "criar, construir e gerir instalações, equipamento, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal"; -----

8. Considerando que, por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12/09 e ulteriores alterações, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar regulamentos com eficácia externa do município; -

9. Considerando, por último, que é competência do órgão executivo municipal elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal os projetos de regulamentos externos do município, conforme previsto na alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações. -----

III - Da proposta em sentido estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima evidenciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário que adote deliberação no sentido de: -----

a) Determinar o início do procedimento tendente à aprovação do Projeto de Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal do Tabolado, em anexo à presente Proposta, o qual aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

b) Para efeitos do disposto no n.º 1, do art. 98.º do CPA, dever-se-á promover à publicitação de tal deliberação, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação dos respetivos contributos, de acordo com o disposto no n.º 1, do art. 98.º do CPA; -----

c) O Projeto de Regulamento, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1, do art. 101.º do CPA, deverá ser submetido a discussão pública, em face do número avultado de pessoas passíveis de ser abrangidas

pelas medidas fixadas no mesmo, sendo, para o efeito, publicado na 2ª série do Diário da República ou no Boletim Municipal e na Internet, muito concretamente, no site do Município de Chaves, com a visibilidade adequada à sua realização; -----

d) Seguidamente, deverão as eventuais sugestões colhidas durante a fase de consulta pública do Projeto (30 dias a contar da publicação) ser devidamente ponderadas pela Câmara Municipal, em vista à aprovação definitiva do Projeto de Regulamento em apreciação; -----

e) Sequencialmente, e alcançado o desiderato referido na alínea anterior, deverá a Proposta de Regulamento ser agendada para uma próxima sessão da Assembleia Municipal para ulterior sancionamento do aludido órgão deliberativo da Autarquia, no cumprimento do disposto na alínea g), do n.º 1, do art. 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

f) Por último, que se proceda à publicação do referido Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal do Tabolado, no Diário da República, no respetivo Boletim Municipal, na Internet, (no sítio institucional do município), Jornal Local e através de Edital afixado nos lugares de estilo, verificando-se, como é óbvio, a sua aprovação nos termos anteriormente sugeridos, tudo isto, de acordo com as disposições combinadas previstas no artigo 56º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, e no art. 139º do Código do Procedimento administrativo. -----

À consideração superior, -----

Chaves, 28 de novembro de 2018 -----

O Técnico Superior, -----

(Maciel Duque) -----

Projeto de Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal do Tabolado -----

Preâmbulo -----

A Piscina Municipal do Tabolado, visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, servir os cidadãos ao nível de atividades lúdicas e desportivas, proporcionando igualmente atividades de ensino, de lazer e de ocupação de tempos livres.

De modo a que a sua gestão e manutenção se processe de uma forma eficiente e eficaz, torna-se essencial a existência de um conjunto de normas e princípios a que deve obedecer a correta e racional utilização. -----

Nos termos do disposto na alínea f), do nº2, do art. 23º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a qual estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, os Municípios dispõem, entre outros domínios, de atribuições na área da promoção dos Tempos Livres e Desporto. -----

Dando execução a tal atribuição, de relevante interesse público para as populações locais, o Município de Chaves dispõe de uma infra-estrutura desportiva, no caso a Piscina Municipal do Tabolado, colocada à disposição da população em geral, e do concelho em particular, constituindo um espaço de lazer destinado à prática de atividades físicas e desportivas, garantindo-se, assim, a elevação da qualidade de vida dos cidadãos com a promoção dos seus tempos livres de forma salutar e agradável. -----

Para garantir o bom funcionamento da referida infra-estrutura torna-se imperiosa a criação e implementação de um conjunto de disposições normativas correlacionadas com a sua utilização, manutenção e conservação, aplicáveis a todos os utentes, tendo como objetivo uma correta gestão e manutenção daquele equipamento municipal de interesse

público, de forma a que a sua utilização se processe de uma forma correta e racional, com vista a atingir os propósitos para que foi edificado. -----

Sendo certo que os custos associados à utilização da Piscina Municipal do Tabolado estão diretamente relacionados com a sua utilização e manutenção. -----

Em contraposição aos custos supra referido, para além do pagamento das tarifas previstas no presente regulamento, decorrerão claros benefícios para a população do Concelho de Chaves, em particular na área do desenvolvimento de práticas e educação desportiva, assumindo-se, assim, um custo/benefício proporcional, tendo em conta o fim que se pretende atingir. -----

Assim, ao abrigo das disposições previstas no artigo 241º, da Constituição da República Portuguesa, e ainda pelo determinado na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º e nas alíneas cc) e k), do n.º 1, do artigo 33º, todos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, bem como no artigo 21º, da Lei nº 73/2013, de 03/09, é aprovado o Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal do Tabolado, nos termos da deliberação tomada pela Assembleia Municipal em ____ de _____ de 2018, sob proposta da Câmara Municipal, sendo certo que o projeto de regulamento foi submetido a consulta pública, nos termos, e para os efeitos previstos, no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

Artigo 1º -----

LEI HABILITANTE -----

O presente regulamento é elaborado nos termos das disposições previstas no artigo 241º, da Constituição da República Portuguesa, e ainda pelo determinado na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º e nas alíneas ee) e k), do n.º 1, do artigo 33º, todos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, bem como no artigo 21º, da Lei nº 73/2013, de 03/09. -----

ARTIGO 2º -----

OBJETO -----

1. O presente Regulamento visa estabelecer um conjunto de normas relativas ao funcionamento e utilização da Piscina Municipal do Tabolado. -----

2. As instalações da Piscina Municipal do Tabolado situam-se no largo do Tabolado, na cidade de Chaves e são compostas por: -----

- a) Um tanque de aprendizagem de 12,50m x 8 m; -----
- b) Um tanque de competição de 25m x 12,50m. -----
- c) Hall de entrada; -----
- d) 2 Balneários; -----
- e) Chuveiros; -----
- f) Zona técnica; -----
- g) Gabinetes. -----

ARTIGO 3º -----

GESTÃO DAS INSTALAÇÕES -----

1. A Piscina Municipal do Tabolado é propriedade da Câmara Municipal de Chaves. Compete à Câmara a definição das normas de gestão, utilização e funcionamento, que consistem em: -----

- a) Receber, analisar e decidir sobre os pedidos de cedência das respetivas instalações; -----
- b) Cobrar as tarifas devidas pela utilização das instalações; -----
- c) Adotar as medidas necessárias à boa conservação das instalações e à manutenção das suas condições de utilização; -----
- d) Fazer prevalecer os Direitos e Deveres dos utentes; -----
- e) Estabelecer sanções em caso de incumprimento; -----

f) Definir as normas que se julguem necessárias e pertinentes à gestão das instalações. -----

ARTIGO 4º -----

HORÁRIO E PERÍODO DE FUNCIONAMENTO -----

1. A Piscina Municipal do Tabolado estará em funcionamento de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro. Excetuam-se os feriados municipais, nacionais e religiosos e sempre que a autarquia o julgue necessário para efetuar reparações na estrutura, desinfeções ou por outros motivos que impossibilitem a sua abertura ao público. -----

2. A utilização da Piscina Municipal do Tabolado obedecerá ao horário de funcionamento que anualmente for estabelecido pela autarquia, podendo o mesmo ser modificado. -----

3. Sem prejuízo do disposto no Artigo 3º, o período de funcionamento da piscina será o seguinte: -----

	Segunda a Sexta	Sábado
Manhã	08:20 - 13:00	09:30 - 12:30
Tarde	14:45 - 20:45	14:45 - 18:45

4. A venda de bilhetes ficará suspensa faltando 60 minutos para o encerramento. -----

5. Os utentes da Piscina deverão abandonar os tanques até à hora fixada como hora de fecho. Após esta terão 30 minutos para deixar a instalação. -----

ARTIGO 5º -----

UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES -----

1. Em toda a instalação da Piscina Municipal do Tabolado serão adotadas as providências de ordem sanitária indicadas pela Direcção Geral de Saúde, e pelas demais entidades competentes. -----

2. A temperatura da água dos tanques não poderá ser inferior a 29º. Caso o mesmo não se verifique serão adotadas medidas conforme o descrito na alínea f) do artigo 3º. -----

3. A Piscina Municipal do Tabolado destina-se fundamentalmente à promoção da saúde pública através da prática de atividades aquáticas. Estas atividades podem ser praticadas de forma livre e individual ou através das entidades que estabeleçam protocolos com a autarquia e apresentem técnicos especializados e oficialmente acreditados para o fazer. -----

4. As instalações só podem ser utilizadas pelas entidades ou utentes para tal autorizados, não sendo permitida a sua transmissibilidade a favor de terceiros. -----

5. A utilização das instalações poderá destinar-se a uma utilização regular ou a uma utilização pontual. -----

6. Nos casos de utilização por entidades, a utilização das instalações depende da autorização do Presidente da Câmara, com faculdade de delegação no Vereador responsável da respetiva área de intervenção. -----

7. A afixação de quaisquer materiais publicitários, promocionais, cartazes, fotografias, filmagens e/ou outros, no interior e exterior das piscinas, fica dependente da prévia autorização do Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de delegação no Vereador responsável da respetiva área de intervenção. -----

ARTIGO 6º -----

CEDÊNCIA DAS INSTALAÇÕES A ENTIDADES -----

1. Para efeitos de planeamento e gestão da ocupação da Piscina, em cada ano letivo/época desportiva, deverão os pedidos de utilização ser apresentados por escrito e dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal, até dia 15 de Agosto e conter as seguintes especificações (preencher ficha de solicitação): -----

a) Identificação da entidade requerente; -----

- a) Indicação do número de pessoa coletiva; -----
- b) Nome e número de telefone da pessoa responsável; -----
- c) Modalidades ou atividades a desenvolver; -----
- d) Número previsto de participantes e seu escalão etário; -----
- e) Horário pretendido/número de pistas; -----
- f) Identificação do responsável técnico/professor/treinador; -----
- g) No caso das Escolas deverão referir a Turma/Grupo, nº de alunos e professor responsável. -----

2. Os pedidos de utilização regular formulados justificadamente fora do prazo indicado no número 1, serão considerados de acordo com a sua especificidade, obedecendo sempre ao presente Regulamento. -----

3. Os pedidos pontuais deverão ser feitos com uma antecedência mínima de 8 dias relativamente à ocorrência do evento de acordo com o disposto no número 1 deste artigo. -----

4. Findo o período de utilização e/ ou final de cada trimestre, os utilizadores deverão já ter liquidado as tarifas, entretanto vencidas, até 31 de Julho, sob pena de não poderem solicitar novos pedidos de utilização. -----

5. Sempre que a autarquia pretenda utilizar pontualmente as piscinas para o desenvolvimento das suas atividades, colidindo tal período com reservas previamente deferidas, deverá esta comunicar tal facto aos respetivos utilizadores, com a antecedência mínima de 72 horas. ----

ARTIGO 7º-----

ORDEN DE PRIORIDADES NA CEDÊNCIA DAS INSTALAÇÕES A ENTIDADES -----

1. As instalações serão em primeiro lugar ocupadas pelas atividades promovidas pela Câmara Municipal. -----

2. A cedência das instalações previstas no presente Regulamento respeitará a seguinte ordem de prioridades: -----

a) Escolas e Agrupamentos de Escolas do Concelho em período escolar, (8h20 - 18h00); -----

b) Escolas/Associações de ensino/desporto especial/adaptado do Concelho; -----

c) Clubes e Associações com treinos de formação/competição de Natação e outros desportos aquáticos (dar-se-á preferência aos escalões mais jovens e nível competitivo mais elevado); -----

d) Outras Entidades/Associações/Clubos do Concelho e IPSS; -----

e) Outras Instituições fora do Concelho; -----

3. Serão fatores de preferência a qualificação específica dos profissionais responsáveis pelas atividades a desenvolver, e o rácio de pessoal qualificado por praticante/aluno, em primeiro lugar, e, em caso de igualdade, a antiguidade de utilização contínua da instalação.

4. Ficará sempre reservada uma pista para utilização do público em geral. -----

ARTIGO 8º -----

DESISTÊNCIA DA UTILIZAÇÃO DA PISCINA -----

1. No caso de se verificar a desistência da utilização regular das Piscinas, deverá o requerente utilizador, comunicar tal facto, por escrito, à Câmara Municipal, com a antecedência mínima de 8 dias. --

2. A inobservância do prazo mencionado no número anterior implicará o pagamento das tarifas correspondentes à reserva de utilização inicialmente deferida. -----

ARTIGO 9º -----

REGRAS DE CONDUTA NA UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES -----

1. O acesso às instalações da Piscina municipal depende da aquisição previa de bilhete ou da apresentação de cartão magnético de utente válido. -----

2. O uso da Piscina Municipal é vedado aos utentes que apresentem sinais evidentes de doenças contagiosas, tais como doenças de pele, olhos, nariz ou ouvidos e apresentem feridas abertas. -----
3. Ao abrigo da legislação em vigor não é permitido nas instalações da Piscina Municipal: -----
- a) Entrar no corredor interior de acesso ao cais, sem tomar duche completo nos balneários; -----
 - b) Entrar na cuba antes de passar pelo chuveiro; -----
 - c) A entrada de crianças até aos 3 anos sem o uso de fraldas próprias para banho; -----
 - d) Entrar nas piscinas sem touca e vestuário de banho; -----
 - e) O vestuário de banho a que se refere a alínea d) consiste em fato de banho adequado à prática da natação. -----
 - f) Deixar lixo fora dos recipientes reservados para o efeito; -----
 - g) Fumar dentro de todo o edifício da Piscina; -----
 - h) Comer ou beber dentro de todo o edifício da Piscina, exceto em provas oficiais, devidamente autorizado; -----
 - i) Levar para a zona envolvente situada após o lava-pés, qualquer recipiente ou utensílio em vidro (dos quais se destacam as garrafas, copos, perfumes, brincos, ou outros como relógios com mostrador em vidro). Estão excluídos desta proibição os óculos graduados, que no entanto não poderão ser levados para dentro dos tanques de banho; ---
 - j) Atirar propositadamente água da piscina para fora da mesma; -----
 - k) Permanecer nas escadas de acesso aos tanques; -----
 - l) Adotar comportamentos que ponham em risco os demais utentes; -----
 - m) Mergulhar em qualquer ponto do rebordo da piscina, exceto nas zonas expressamente reservadas para o efeito; -----
 - n) Utilizar bóias ou quaisquer outros objetos flutuantes que não sejam reconhecidos pelo pessoal auxiliar; -----
 - o) Desrespeitar as orientações dadas pelo pessoal de apoio; -----
 - p) A utilização das instalações reservadas a um sexo por indivíduos de sexo diferente; -----
 - q) Mudar ou depositar roupa fora dos recintos reservados para o efeito; -----
 - r) A entrada a indivíduos que não ofereçam condições de higiene e saúde ou que não se comportem de modo adequado, que provoquem distúrbios ou pratiquem atos de violência; -----
 - s) A utilização das instalações da Piscina Municipal do Tabolado, nomeadamente os balneários e os chuveiros, exclusivamente para higiene pessoal (Banho), sem autorização superior; -----
 - t) Indivíduos visivelmente alcoolizados ou com comportamento errante. -----
 - u) Desenvolver atividades comerciais ou administrativas próprias à sua atividade, no interior das instalações da Piscina; -----
 - v) A entrada de pessoas calçadas na zona vedada e exclusivamente destinada a banhistas, salvaguardando o uso de calçado próprio ou proteção para o pessoal em serviço e outro pessoal, a título excecional; -----
 - w) A entrada de cães e outros animais, em toda a instalação, salvaguardando as situações legalmente definidas; -----
 - x) O acesso e permanência de pessoas estranhas aos serviços nas áreas técnicas reservadas aos mesmos. -----
4. O não cumprimento do disposto no número anterior implica a expulsão das instalações. -----
5. A expulsão das instalações, nos termos do número antecedente, é da responsabilidade do encarregado das piscinas, ou em caso de ausência deste, pelo trabalhador ou técnico da receção, com eventual recurso às forças de ordem pública. -----

Deverão os utentes comunicar qualquer desrespeito destas normas ao pessoal auxiliar para que seja imposta a ordem e se garanta uma melhor utilização destas instalações. -----

6. Qualquer utente que seja reincidente em comportamentos que violem o presente Regulamento, será impedido de entrar nas instalações, por prazo a estabelecer pela Câmara Municipal. -----

ARTIGO 10º -----

ESCOLAS DE NATAÇÃO -----

1. A Câmara Municipal de Chaves poderá criar escolas de Natação ou outras Escolas, relacionadas com atividades desportivas a desenvolver nas instalações da Piscina Municipal com orientação por professores devidamente habilitados. -----

ARTIGO 11º-----

CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL-----

1. As autorizações concedidas para utilização da Piscina serão canceladas sempre que se verifique a prática, pelos utilizadores, de um ou mais dos seguintes factos: -----

- a) Não pagamento das tarifas de utilização devidas; -----
- b) Adoção de comportamentos incorretos que perturbem o normal desenvolvimento das atividades que estejam a decorrer na Piscina; ---
- c) Incumprimento das instruções e recomendações do funcionário de serviço na Piscina; -----
- d) Produção de danos nas instalações ou no equipamento nelas integrado ou localizado no decurso do período de utilização; -----
- e) Utilização insuficiente e falta de assiduidade; -----
- f) Utilização das instalações por entidades ou pessoas estranhas àquelas que foram autorizadas a fazê-lo ou para fins diversos dos requeridos; -----
- g) Utilização fora do horário autorizado; -----
- h) Ausência de identificação dos utentes quando a utilização é feita por entidades. -----

2. Violação do presente Regulamento. -----

ARTIGO 12º-----

DANOS NAS INSTALAÇÕES -----

No caso de produção de danos nas instalações ou no equipamento por parte dos utilizadores, caberá às pessoas ou entidade que beneficie do direito de utilização, o pagamento imediato da indemnização que for devida ou a substituição do material danificado. -----

ARTIGO 13º -----

EQUIPAMENTOS DAS INSTALAÇÕES DA PISCINA MUNICIPAL -----

1. O equipamento fixo e móvel da Piscina é propriedade do Município de Chaves e constará do respetivo inventário, cuja elaboração e atualização cabe ao funcionário responsável pelas mesmas. -----

2. Poderão os utilizadores usar, nas suas atividades, equipamento de que sejam detentores ou proprietários, desde que o seu uso se mostre compatível com as respetivas instalações. -----

3. A autarquia não será responsável pela guarda, pelo extravio ou danificação da material propriedade das instituições concessionárias.

4. O equipamento da Piscina deverá ser utilizado de forma racional e adequada, visando assegurar a sua boa conservação. -----

5. O material móvel do Município é para uso exclusivo das suas atividades. -----

6. Os detentores/proprietários de equipamento móvel, guardado na arrecadação da instalação, conforme disponibilidade, deverão requisitá-lo ao funcionário e devolve-lo no final da atividade. -----

7. Os detentores/proprietários dos armários/caixas específicas para arrumação de material, serão responsáveis do conteúdo e pela utilização do mesmo, de acordo com o ponto 2. -----

ARTIGO 14º -----

ADMISSÃO ÀS INSTALAÇÕES DA PISCINA MUNICIPAL -----

1. Os tipos de admissão assim como as respetivas tarifas, são as constantes na tabela seguinte: -----

PREÇOS DE UTILIZAÇÃO POR HORA -----

TIPO DE ADMISSÃO	TARIFAS	
INDIVIDUAL	Entrada Geral	Portadores do Cartão Eurocidade
Crianças com idade inferior a 5 anos; Utentes possuidores do cartão municipal de famílias numerosas;	Isentos de tarifa	
Utentes possuidoras do cartão municipal de pessoa com deficiência	0,80€/hora	
Crianças dos 6 aos 17 anos; Portadores de Cartão Jovem; Pessoas com idade igual ou superior a 65 anos;	0.75 €/hora	0.40 €/hora
a) Adultos não integrados na alínea anterior;	2.00€/hora	1.00€/hora
COLETIVO		
1. Escola Profissional de Chaves 2. Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da CMC (máximo de 2 horas/pista semanais) 3. Guarda Nacional Republicana e Policia de Segurança Pública (máximo de 2 horas/pista semanais) 4. Regimento de Infantaria nº 19 (máximo de 2 horas/pista semanais) 5. Associações dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Chaves (máximo 3horas/semana/corporação) 6. Horas de recuperação devidamente autorizadas	Isentos de tarifa	
2. Escolas/Associações de ensino/desporto especial/adaptado do Concelho 8. Instituições Particulares de Solidariedade Social 9. Clubes e Associações com treinos de formação/competição de Natação e outros desportos aquáticos	2.00€/pista/hora (A este valor acresce IVA à taxa legal em vigor)	
10. Escolas ou Agrupamentos de Escolas de ensino não superior do Concelho 11. Outras Entidades/Associações/Clubres	10.00€/pista/hora (A este valor acresce IVA à taxa legal em vigor)	

2. Poderá, ainda, haver lugar à isenção ou redução de tarifas a todas as entidades que desenvolvam atividades e/ou eventos de manifesto e relevante interesse municipal, mediante deliberação da Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada do respetivo Setor do Desporto. -----

3. Cada pista não poderá exceder 15 utentes em simultâneo e menos de 4; -----

4. As crianças com menos de 12 anos não poderão entrar ou permanecer na piscina sem o acompanhamento a tempo inteiro de um adulto responsável (pais, encarregado de educação ou outro), devidamente habilitado. -----

5. No que concerne às aulas do ensino oficial publico e privado no âmbito dos programas curriculares em vigor, dever-se-ão observar as seguintes regras: -----

- a) A entrada nas instalações está condicionada à presença do respetivo professor/técnico. -----
- b) Aplica-se para efeitos de seguro obrigatório o seguro escolar. ---
- c) O professor deve zelar pela boa utilização dos equipamentos e não poderá ausentar-se das instalações durante o período de aula e até o último aluno abandonar as instalações. -----
- d) Sempre que se verifique incumprimento do disposto nas alíneas anteriores será obrigatoriamente comunicado por escrito à Direção do estabelecimento escolar. -----

6. As entidades concessionárias de pistas deverão cumprir as seguintes regras: -----

- a) A entrada das pessoas inscritas em aulas de natação dadas por entidades que concessionem pistas está condicionada à apresentação de documento que o identifique; -----
- b) Caso o documento referido na alínea anterior não tenha fotografia, poderá ser solicitada, pelo funcionário de receção, a apresentação de Bilhete de Identidade/Cartão Cidadão. -----
- c) A reserva de espaço na Piscina Municipal do Tabolado por parte das várias entidades está condicionada ao volume de frequência; ----

7. A autarquia reserva-se o direito de revogar as autorizações concedidas por falta de assiduidade. -----

8. Os Clubes/Associações Desportivas são obrigados a celebrar um adequado contrato de seguro de responsabilidade civil destinado a segurar os participantes nas iniciativas contra quaisquer acidentes que possam ocorrer durante a atividade e fazer prova disso, e entregar cópia na Câmara Municipal de Chaves. -----

ARTIGO 15° -----

OBRIGAÇÕES DO PESSOAL EM SERVIÇO -----

1. São obrigações dos trabalhadores deste equipamento: -----

- a) Apresentarem-se e permanecerem devidamente identificados; -----
- b) Atender com máxima atenção e dedicação todos os utentes deste equipamento sem qualquer preferência/discriminação; -----
- c) Zelar pelo bem-estar dos utentes; -----
- d) Esclarecer os utentes de qualquer dúvida existente no que concerne a regras, tarifas e outros assuntos relacionados com o funcionamento deste equipamento e outros da responsabilidade da autarquia; -----
- e) Apresentar-se ao serviço de acordo com os horários estabelecidos e ratificados superiormente; -----
- f) Cumprir as diretivas superiores com zelo, disciplina e em tempo útil; -----
- g) Cumprir e zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas para a utilização das piscinas; -----
- h) Informar prontamente o seu superior hierárquico sempre que se depare com situações para as quais não tenha competência para resolver;
- i) Manter a qualidade da água dos tanques de banho no que concerne, entre outros parâmetros, à transparência, temperatura, pH e índices de cloro, utilizando para esse efeito os equipamentos de segurança existentes que, caso não estejam disponíveis, deverá solicitá-los; --
- j) Não consumir qualquer bebida alcoólica ou produtos psicotrópicos, durante o período de trabalho. -----

2. Para além destas serão aplicadas as obrigações e os direitos previstos na Legislação Geral de Trabalho. -----

3. São obrigações específicas de cada posto de trabalho, as seguintes:

3.1 - Limpeza E higienização: -----

Efetuar as limpezas e higienizações sistemáticas previstas em plano aprovado e ratificado pelo Diretor Técnico de Instalações Desportivas;

- a) Comunicar ao seu superior qualquer anomalia existente em qualquer ponto da estrutura; -----
- b) Observar comportamentos e comunicar qualquer desvio ao seu superior; -----
- c) Respeitar as orientações dadas pelo superior no que concerne a limpezas extraordinárias; -----
- d) Comunicar ao seu superior a falta de qualquer material de trabalho em tempo útil. -----

3.2 - Receção: -----

- a) Atender com máxima atenção e dedicação todos os utentes deste equipamento sem qualquer preferência/discriminação; -----
- b) Anotar todas as entradas em impressos fornecidos; -----
- c) Comunicar ao seu superior a falta de qualquer material de trabalho em tempo útil; -----
- d) Receber as tarifas de ingresso e registá-las de acordo a tipologia correspondente; -----
- e) Fechar as contas da caixa no final de cada turno; -----
- f) Entregar a totalidade da receita ao seu superior hierárquico; ----
- g) Proceder à verificação das entradas de utentes, nomeadamente se estão munidos do título de pagamento da tarifa. -----

3.3 - Assistente operacional -----

- a) Zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas neste regulamento;
- b) Proceder à expulsão de qualquer utilizador das piscinas quando não acatar de forma reincidente as suas diretivas insistindo em, voluntariamente, desrespeitar as presentes normas regulamentares; ---
- c) Comunicar imediatamente ao superior hierárquico aquando de qualquer eventual expulsão. Seguidamente deverá elaborar um relatório a explicar o sucedido; -----
- d) Coordenar as ações da equipa de limpeza e receção; -----
- e) Verificar a limpeza e higienização dos balneários periodicamente; -
- f) Assegurar a qualidade da água dos tanques de banho no que concerne, entre outros parâmetros, à transparência, temperatura, pH e índices de cloro, utilizando para esse efeito os equipamentos de segurança existentes, que caso não estejam disponíveis, deverá solicitá-los; -----
- g) Sugerir ao Diretor Técnico de Instalações Desportivas qualquer alteração que vise a melhoria dos serviços prestados, -----
- h) Recolher as receitas inerentes ao exercício diário e entregá-las na Tesouraria da Câmara Municipal de Chaves; -----
- i) Proceder à verificação das entradas de utentes, nomeadamente se estão munidos do título de pagamento da tarifa. -----

ARTIGO 16º -----

DISPOSIÇÕES FINAIS -----

- 1- A Autarquia não se responsabiliza por qualquer acidente provocado pela utilização indevida da instalação ou não cumprimento deste Regulamento. -----
- 2- A Autarquia não se responsabiliza pelos danos ou extravios de bens deixados no interior da Piscina Municipal do Tabolado. -----
- 3- Os utentes encontram-se cobertos pelo seguro de responsabilidade civil geral da autarquia. -----
- 4- Às instalações das Piscinas aplicam-se as normas legais em vigor sobre a proibição de fumar em recintos desportivos fechados. -----
- 5- A resolução de dúvidas ou casos omissos no presente Regulamento, compete ao Presidente da Câmara Municipal de Chaves ou a quem este delegar funções. -----
- 6- Às entidades com dívidas acumuladas por não pagamento das tarifas de utilização, serão excluídas da utilização da mesma. As referidas

entidades poderão solicitar nova utilização desde que, para o efeito, apresentem, em anexo ao pedido, e extraordinariamente, um plano de regularização da dívida, devidamente aprovado pelos órgãos competentes da Câmara Municipal de Chaves. -----

7- As entidades declaram conhecer as condições das instalações e dos bens de conforto das mesmas na altura do requerimento da utilização. -----

ARTIGO 17º -----

ENTRADA EM VIGOR -----

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua publicação, nos termos legais. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Chaves -----

(Nuno Vaz)-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VICE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.12.13. -----

Visto. A reunião do Executivo Municipal para efeitos de apreciação e deliberação quanto ao proposto na informação técnica infra. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção dos Vereadores do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas e Dra. Maria Manuela Pereira Tender, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

De seguida, concluída a análise, discussão e votação do assunto, em apreciação, usou da palavra, o Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo apresentado a seguinte declaração: -----

Nesta primeira fase, a sua posição, sobre a matéria, é de abstenção, em vista a poder ser feita uma análise do regulamento, em apreciação, mais ampla e participativa, sobre o seu mérito, sendo ponderados, na medida do possível, os contributos de todos os interessados. -----

Tal argumentário veio a ser corroborado, pelos demais Vereadores do Partido Social Democrata. -----

8. PROPOSTA PARA AUTORIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE 100 ENTRADAS GRATUITAS, DURANTE UM ANO, NO MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA NADIR AFONSO, PARA VISITANTES CONVIDADOS PELA FUNDAÇÃO NADIR AFONSO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 196/DDSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação visa submeter, à consideração superior, uma proposta para autorização da concessão de 100 entradas gratuitas, durante um ano, no Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, para visitantes convidados pela Fundação Nadir Afonso. -----

II - ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

Considerando que o pintor Nadir Afonso, natural de Chaves, é uma personalidade artística de indiscutível valor, reconhecida nacional e internacionalmente; -----

Considerando que, ainda em vida, o pintor procedeu à instituição de uma Fundação com o seu nome, com sede na cidade de Chaves; -----

Considerando que a Fundação Nadir Afonso é proprietária de um conjunto de obras representativas do trabalho de pintura, estudos, livros e documentos diversos, da autoria do mestre Nadir Afonso; -----
 Considerando que a Câmara Municipal de Chaves procedeu à construção de um edifício na margem direita do rio Tâmega, com projeto de autoria do Arquiteto Álvaro Siza Vieira, concebido para museu de arte, em cuja conceção se teve em conta a obra de Nadir Afonso; -----
 Considerando que o Município de Chaves é o proprietário deste equipamento municipal destinado a museu, denominado "MACNA - Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso"; -----
 Considerando que existe um Protocolo de cooperação celebrado entre o Município de Chaves e a Fundação Nadir Afonso, aprovado a 29 de abril de 2015 em Assembleia Municipal e assinado pelas partes outorgantes a 18 de maio do mesmo ano; -----
 Considerando que, de acordo com o referido Protocolo, a Fundação Nadir Afonso se propõe e colaborar com o Município de Chaves com o fim de promover o estudo, a investigação e a divulgação das ideias estéticas e constituir um polo dinamizador da vida cultural da cidade de Chaves; -----
 Considerando a presente colaboração do Município de Chaves com a Fundação Nadir Afonso, propõe-se que seja autorizada a concessão de 100 entradas gratuitas, durante um ano, no Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, para visitantes convidados pela Fundação Nadir Afonso; -----
 Estas 100 entradas correspondem a um valor máximo de 500.00 €, para um período de um ano, de acordo com o valor do bilhete geral praticado no MACNA; -----
 O controlo destas entradas gratuitas deverá ser registado pelos funcionários da receção do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, sempre que se verificar, até atingir o limite de 100 visitantes ao longo de um ano. -----

III - PROPOSTA DE DECISÃO -----

Face ao exposto tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

1. Que seja autorizada a concessão de 100 entradas gratuitas, durante um ano, no Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, para visitantes convidados pela Fundação Nadir Afonso; -----
2. Por último, caso a presente informação venha a merecer concordância por parte do Exmo Senhor Vereador, Dr. Francisco Melo, deverá a mesma ser agendada para uma próxima Reunião de Câmara, tendo em vista a obtenção de deliberação conducente à sua aprovação. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 12 de dezembro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Vera Moura) -----

DESPACHO DO SENHOR CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG.º CARLOS FRANÇA, DATADO DE 12.12.2018. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VICE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.12.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

9. DENÚNCIA DO PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE VILA REAL E O HÓQUEI CLUBE FLAVIENSE. INFORMAÇÃO Nº 284/DDSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Enquadramento -----

No dia 05 de junho de 2015 foi aprovado pelo executivo municipal, em reunião de Câmara, o protocolo de cooperação para o desenvolvimento do atletismo no Concelho de Chaves entre a Associação de Atletismo de Vila Real, o Hóquei Clube Flaviense e o Município de Chaves. -----

No dia 11 de junho de 2015, foi assinado o respetivo protocolo de cooperação entre o Presidente da Câmara Municipal, o Presidente da associação de Atletismo de Vila Real e a Presidente do Hóquei Clube Flaviense. -----

II - Fundamentação -----

Considerando que o referido protocolo veio a manifestar algumas lacunas na sua execução no que compete a cada uma das partes envolvidas; -----

Considerando que de acordo com os aspetos regulamentares traçados no referido protocolo, o mesmo tem a validade de um ano, sendo automaticamente prorrogado por períodos sucessivos de igual duração, se não for denunciado por qualquer das partes com trinta dias de antecedência; -----

Considerando que de acordo com orientações superiores, o Município de Chaves continuará a colaborar no desenvolvimento do Atletismo no Concelho de Chaves, através de um programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com a Associação de Atletismo de Vila Real e o Hóquei Clube Flaviense. -----

III - Da proposta em sentido estrito -----

Tendo em conta as razões de facto acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que delibere sobre o seguinte: ----

a) Que de acordo com o ponto nº 2 dos Aspetos Regulamentares do protocolo de cooperação para o desenvolvimento do atletismo no Concelho de Chaves entre a Associação de Atletismo de Vila Real, o Hóquei Clube Flaviense e o Município de Chaves seja denunciado; ----

b) Caso esta proposta seja aceite superiormente, mais se propõe que a mesma seja encaminhada à Divisão de Gestão Financeira para conhecimento; -----

c) Por último, que seja notificada a Associação de Atletismo de Vila Real e o Hóquei Clube Flaviense da decisão de tal denúncia para efeitos do protocolo, a partir do próximo dia 1 de janeiro de 2019. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 20 de dezembro de 2018 -----

O Técnico Superior, -----

(Maciel Duque) -----

Em anexo: Cópia do protocolo. -----

DESPACHO DA DRA. LÍDIA PINTO, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG.º CARLOS FRANÇA, DATADO DE 20.12.2018. -----

Visto. Concorde. À Consideração do Sr. Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VICE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.12.20. -----

À reunião de Câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, começou por usar da palavra, o Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo sobre a matéria, em apreciação, referido o seguinte: -----

1 - o protocolo, em apreciação, veio a ser sugerido, pela Associação de atletismo, envolvendo o mesmo, necessariamente, a participação de um clube desportivo disponível para o desenvolvimento das modalidades desportivas, na área do atletismo. -----

2 - Tal protocolo tem, assim, uma natureza tripartida, contando, por isso, no âmbito da sua execução, com a participação ativa e meritória do clube "Hóquei Flaviense". -----

3 - Neste contexto, não vislumbra qualquer inconveniente na denúncia do protocolo, em causa, desde que, em simultâneo, seja celebrado contrato de desenvolvimento desportivo apontado no corpo da própria proposta, ora, objeto de apreciação. -----

De seguida, usou da palavra, o Vice-presidente, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1- A concessão, pela Autarquia, do apoio financeiro, em causa, deverá ser titulada, de acordo com o figurino de relacionamento existente com os demais clubes desportivos sedeados, no Concelho, os seja, mediante a celebração de um contrato programa de desenvolvimento desportivo. -

2 - Esta solução já foi, previamente, acordada com o próprio clube beneficiário. -----

3 - O Contrato programa irá ser elaborado e submetido, a curto prazo à apreciação desta Câmara Municipal. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO "ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE CHAVES". PROPOSTA N.º 98/GAP/18. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Da Exposição de Motivos -----

O Estabelecimento Prisional de Chaves, através de mensagem enviada via correio eletrónico, em anexo, no passado dia 17 de dezembro, solicitar o apoio da autarquia, nas diversas atividades de caráter lúdico, desportivo, formativo e informativo, que desenvolvem durante o ano com a população reclusa. -----

Considerando que o Estabelecimento Prisional, não tem meios, para, por si só, realizar este género de ações. -----

Considerando que é importante para o universo dos reclusos que se encontram em cativeiro, reforçar laços de solidariedade, amor e amizade, proporcionando-lhes atividades diferentes. -----

Considerando que os mesmos, na sua maioria, se encontram em situação de grande carência e, devido à condição de reclusos vivem afastados dos seus familiares, encontrando-se numa grande solidão; -----

Considerando que o pedido da entidade em referência se enquadra no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015. -----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea o), do número 1, do artigo 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa, ou outra. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: -----

- Apoiar financeiramente o "Estabelecimento Prisional de Chaves", no montante de 600,00€ (seiscentos euros): -----
 - Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada à entidade peticionária; -----
 - Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do Executivo Camarário, dever-se-á promover a devida publicitação de tal liberalidade e para o fim em vista em Jornal Local e/ou em Boletim Municipal; -----
 - Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização; --
 - A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte rubrica: 04.07.01.99 -----
 - Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexa-se à presente informação documento contabilístico da Divisão Financeira. -----
- Chaves, 17 de dezembro de 2018 -----
O Presidente da Câmara Municipal, -----
(Nuno Vaz) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 7. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 8. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 964/18 - ALMOR DOS SANTOS MIRANDA - LUGAR DE TERREIRO DO SANTO, ARCOSSÓ, UNIÃO DE FREGUESIAS DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VICTÓRIA ALMEIDA DATADA DE 04.11.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento, com registo de entrada nos serviços da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território n.º2483/18, datado de 28/11/2018, que deu origem ao processo de obras nº964/18, o Sr. Almor dos Santos Miranda, na qualidade de proprietário, apresenta um pedido de **legalização de obras de construção** (já executadas) num edifício destinado a uma habitação unifamiliar, composto por 3 pisos, piso -1, piso 0 e piso 1, em área dentro do perímetro de construção estipulado pelo PDM, mas não inserida em loteamento, nos termos do disposto no artigo 102.º-A, do Decreto Lei nº555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o *Regime Jurídico da Urbanização e Edificação*, na redação conferida pelo Decreto Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e ulteriores alterações, doravante designado por RJUE, que levou a efeito no prédio abaixo identificado.-----

2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----

Face à Certidão da Conservatória do registo predial de Chaves, apresentada, o prédio urbano n.º 1304/20180105 da União de freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras, sobre o qual recai a presente operação urbanística, situa-se em Terreiro do Santo, possuindo uma área total de 184m², área coberta de 89m², área descoberta de 95m² composto de casa de cave, rés do chão e 1.º andar, confronta de sul com caminho, de poente e de norte com Domingos da Silva Mesquita, de nascente com Manuel Ferreira, encontra-se inscrito na matriz sob o artigo nº814 da respetiva freguesia, que proveio do artigo n.º 337.º, da extinta freguesia de Arcossó, de acordo com a reorganização administrativa do território das freguesias, cujo titular é o Sr. Almor dos Santos Miranda, ora requerente.-----

3. ANTECEDENTES-----

Não se detetaram antecedentes relativos ao *licenciamento* da construção

4. SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR-----

Em resultado da análise aos elementos entregues, após consulta ao processo supra referenciado e em conformidade com o disposto no artigo 9º do RJUE e na Portaria nº 113/15 de 22 de abril (parte I e no n.º 15 e n.º 16, da parte III, do anexo I), em conformidade com o artigo 13.º, artigo 15.º e do n.º 5 do Artigo 73.º -C, do RMUE, constata-se que a instrução do pedido de legalização não está completo, dado que estão em falta os seguintes elementos:-----

- Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica;-----
 - Projeto de infraestruturas de telecomunicações;-----
 - Estudo de comportamento térmico;-----
 - Ficha de medições, acompanhada de perfil esquemático do arruamento, com descrição dos materiais, para efeitos do disposto n.º 15, do artigo 13.º o qual remete para o Anexo IV do RMUE;-----
 - Caderneta predial urbana, ou outros elementos para eventualmente possibilitar datar o ano de construção do imóvel;-----
- Mais se refere,-----
- CD não se encontra devidamente georreferenciado;-----
 - O levantamento topográfico não se encontra instruído com comprovativo da validade da inscrição em associação pública de natureza profissional ou comprovativo da habilitação adequada;-----
 - A declaração de isenção de projeto de instalação de gás, não se encontra em conformidade com o DL n.º 97/2017, de 10 de agosto estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios;-----

5. APRECIACÃO TÉCNICA (de acordo com a legislação em vigor)-----

Da análise ao processo verifica-se que:-----

5.1 Tendo por base o levantamento topográfico com os limites dos prédios, verifica-se que nos alçados, lateral esquerdo e tardoz, a construção possui vãos abertos com utilidade para o edifício e habitabilidade dos seus compartimentos, a menos de 1, 5 metros do terreno adjacente, que salvo melhor opinião, não pertence ao requerente. Esta situação eventualmente impedirá a legalização do imóvel por violação do artigo 73.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, RGEU, dado que essas aberturas eventualmente poderão não serem mantidas para futuro, ficando os compartimentos de habitação insalubres ou não desfrutem de luz e ar suficientes, o que sucederia no caso de as respetivas janelas terem um muro ou parede fronteiros a menos de três metros de distância. Cumulativamente existem nas fachadas sobre logradouro, varandas, alpendres, suscetíveis de prejudicar as condições de iluminação ou ventilação, a uma distancia inferior às distancias mínimas fixadas no artigo 73.º do mesmo diploma legal;-----

5.2 Face às peças desenhadas e fotografias, apresentadas não é possível aferir se a construção, nomeadamente a cozinha se encontra provida de dispositivos eficientes para a evacuação de fumos e gases e eliminação de maus cheiros, conforme previsto no artigo 109.º e seguintes do RGEU.-----

6. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Atendendo ao referido no ponto 4, bem como no ponto 5 da presente informação, e por serem manifestamente contrários às normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o RMUE de Chaves, Portaria nº 113/15 de 22 de abril, propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

- Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações

urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo, no sentido de deliberar indeferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência, uma vez que viola noras legais e aplicáveis, conforme o disposto na alínea a), do artigo 24.º do RJUE.-----

• De acordo com o disposto nos artigos 121º do Código de Procedimento Administrativo, CPA, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7/1, deve ser dada à interessada o prazo de 10 dias para, em audiência prévia vir a processo dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão. A notificação deve ser realizada nos termos do disposto no nº 1 e 2 do artigo 122º do CPA.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 05.12.2018:-----

Visto. Concorde. Atentas as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor que, com fundamento no disposto na alínea b), do n.º 2, do artigo 11º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redacção actual, seja superiormente proferido projecto de decisão de rejeição liminar do pedido em presença.-----
Neste contexto, e atento o disposto nos artigos 121º e 122º, do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro, dever-se-á notificar o requerente, por escrito, para, querendo, vir a processo, num prazo de dez dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido provável da decisão acima pré-anunciada.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.12.20. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 543/17 - JUSTINO MANUEL PRETO - RUA DO VALADO, N.º 4, FREGUESIA DE MAIROS - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 19.10.2018. ---

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1 - INTRODUÇÃO-----

1.1- Através dos requerimentos n.º 1463/18 e 2181/18, referente ao processo n.º 543/17, o Sr.º Justino Manuel Preto, na qualidade de proprietário, solicita, um pedido de aprovação de projeto de alterações de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada na legalização das obras de ampliação⁵ de uma habitação unifamiliar, com licença inicial n.º 685/78, situada na rua do Valado, n.º4 - Mairos, freguesia de Mairos no concelho de Chaves.-----

⁵ «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente;-----

1.2- De acordo com a certidão das Finanças, o prédio urbano tem a área total 4.007,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 386, da freguesia de Mairos.-----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Licença para obras n.º 685/78, para construção de uma habitação unifamiliar de r/chão e andar com a área de 253,26 m²".-----

2.2- Através do requerimento n.º 1392/17, o requerente solicitou a emissão do alvará de autorização de utilização. Face ao resultado da vistoria realizada ao imóvel em 21 de Setembro de 2017, foi proferido despacho superior datado de 10 de Novembro de 2017, no sentido de indeferimento do pedido de emissão do alvará de autorização de utilização do imóvel licenciado ao abrigo da licença de construção n.º 685/78.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão das Finanças; -----
- Extratos das plantas de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----
- Planta de localização à escala 1:5 000;-----
- Planta de localização e enquadramento à escala 1:10 000;-----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, coordenador de projeto e dos projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-
- Comprovativo de inscrição do técnico em associação pública de caráter profissional;-----
- Seguro de responsabilidade civil profissional do técnico;-----
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Fotografias;-----
- Levantamento topográfico à escala 1:500;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 500;-----
- Planta de implantação à escala 1:200;-----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Corte transversal e longitudinal à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Desenho de alterações;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de estabilidade;-----
- Termo de responsabilidade do projeto acústico;-----
- Termo de responsabilidade do estudo de comportamento térmico;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), por se reportar à legalização das obras de ampliação de uma habitação unifamiliar.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 35 A, o terreno está inserido na envolvente imediata dos

aglomerados, em áreas exteriores ao seu perímetro e exclusivamente ao longo dos troços das suas vias de acesso demarcadas nas plantas de Ordenamento do Plano Diretor Municipal;-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- O requerente pretende a legalização da ampliação de uma habitação unifamiliar de r/chão e andar, com a área bruta de construção de 272,70 m².-----

5.2- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-09-27, da qual resultou o "*Auto de Vistoria n.º 78/2018*", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.3- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar, objeto de pedido de legalização das obras de ampliação.-----

5.4- Através do requerimento n.º 2181/18, datado de 17 de Outubro de 2018, o requerente apresentou, termos de responsabilidade de autor do projeto de estabilidade, acústico e térmico, que atesta a observação das normas legais e regulamentares da edificação, no que diz respeito à solidez e salubridade e apresenta Certidão das Finanças, em conformidade com o levantamento topográfico, dando assim cumprimento, ao plasmado no ponto 3 do "*Auto de Vistoria n.º 78/2018*".-----

5.5- A habitação unifamiliar onde pretende legalizar as obras de ampliação, é uma preexistência, pelo facto de estar devidamente licenciada, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 5⁶ do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

5.6- A habitação está implantada na envolvente imediata dos aglomerados, em áreas exteriores ao seu perímetro e exclusivamente ao longo dos troços das suas vias de acesso demarcadas nas plantas de Ordenamento do Plano Diretor Municipal.-----

5.7- Face à localização do terreno, onde se encontra implantada a habitação, onde só são autorizadas, a construção de edifícios destinados a habitação, quando, a parcela possuir uma área mínima de 2500 m² e confrontar com a via de referência numa extensão mínima de 30 metros em conformidade com o n.º 5 do art.º 37⁷ do Plano Diretor Municipal de Chaves.-----

⁶ Artigo 5º - Preexistências-----

1 - Para efeitos do presente Regulamento consideram-se preexistências as actividades, explorações, instalações, edificações, equipamentos ou quaisquer atos que, executados ou em curso à data de entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, cumpram nesse momento qualquer das seguintes condições: -----

a) Não carecerem de qualquer licença, aprovação ou autorização, nos termos da lei; -----

b) Estarem licenciados, aprovados ou autorizados pela entidade competente, nos casos em que a lei a tal obriga, e desde que as respetivas licenças, aprovações ou autorizações não tenham caducado ou sido revogadas ou apreendidas. -----

⁷ 5 - Na envolvente imediata dos aglomerados, em áreas exteriores ao seu perímetro e exclusivamente ao longo dos troços das suas vias de acesso para tal demarcados na planta de ordenamento, o município poderá

5.8-Segundo prova documental apresentada (Certidão das Finanças), o terreno tem 4. 007,50 m² > 2. 500,00 m² (área mínima de terreno necessária, para a edificação pretendida), bem como, de acordo com a planta de implantação sobre levantamento topográfico apresentada, confronta com a via de referência numa extensão superior a 30 metros.-

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1 - O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados.-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----

7.1-De acordo com o n.º 3, do artigo 25.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 54,40 euros.-----

7.2-As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 252,70 euros.-----

7.3-O valor total das taxas a liquidar é assim de 306,47 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I.-----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que o prédio urbano objeto de legalização das obras de ampliação, encontra-se em bom estado de conservação interior e exteriormente e não necessita de obras de correção ou adaptação.-----

8.2- Considerando que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a betuminoso, possui ligação á rede pública de água e as águas residuais são conduzidas á uma fossa séptica.-----

8.3- Considerando que o imóvel se destina a habitação unifamiliar, o que respeita o disposto no n.º 5 do artigo 37.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves. -----

8.4- Considerando que as obras de construção da habitação a legalizar e o terreno em que se insere, cumprem o especificado nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 5 do artigo 37.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves;-----

8.5- Considerando, que a operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas às acessibilidades, aos requisitos térmicos, ou seja, a dispensa de

autorizar a construção de edifícios destinados a habitação, em parcelas confinantes com as mesmas vias, nos termos da disciplina constante do N.º 2 a N.º 4 deste artigo, com as seguintes adendas e alterações: -----

a) A parcela terá de possuir uma área mínima de 2500 m² e confrontar com a via de referência numa extensão mínima de 30 m, não se aplicando o disposto no N.º 1; -----

b) O valor do Ic referido na alínea b) do N.º 2 passa a ser de 0,10 m²/m², não podendo em nenhum caso a área bruta de construção exceder 350 m²; -----

c) A edificação implantar-se-á junto da via de referência, com o alinhamento estabelecido pelo município para o local, não se aplicando o disposto na alínea d) do N.º 2; -----

d) A percentagem referida na alínea f) do N.º 2 passa a ser de 15%, não podendo em nenhum caso a área total de solo impermeabilizado exceder 450 m². -----

cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências. Neste contexto, mesmo que o edifício tivesse sido construído legalmente, sempre existiria sem estas exigências.-----

8.6- Considerando que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o título a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

8.7 - Considerando, que é apresentada Certidão das Finanças, relativa ao prédio urbano, mas que estamos em presença de uma situação excecional, visto tratar-se de um processo de regularização de uma operação urbanística de edificação já consolidada, e nessa medida, não é possível à requerente ultrapassar os constrangimentos inerentes à apresentação da Certidão da Conservatória do Registo Predial relativa ao prédio em questão, nem tão pouco a mesma consegue promover a celebração da escritura de justificação notarial, pois é-lhe exigida a autorização de utilização do prédio em causa, julgamos, salvo melhor opinião, que os documentos a apresentar para prova de legitimidade, embora não bastantes, deverão permitir a normal tramitação do processo urbanístico em causa, tendente a legalização da construção.-----

8.8- No entanto, no título - Alvará de autorização de Utilização que vier a ser emitido, dever-se á fazer constar, à cautela, e considerando a situação excecional reconhecida no caso individual e concreto as seguintes prescrições:-----

8.8.1- A Autorização de Utilização é emitida sob reserva de direito de terceiros;-----

8.8.2 - Os efeitos do Alvará de Autorização de Utilização, ficarão imediatamente suspensos caso o requerente não apresente, no prazo de 90 dias seguidos, contados desde a data da sua emissão, a respetiva Certidão da Conservatória do Registo Predial com a inscrição em causa a seu favor, na sequência da aquisição originária invocada;-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

9.1.1- Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

9.1.2- Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

9.1.3- Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de ampliação do edifício de habitação unifamiliar, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----
Áreas (m²) - com aumento de área de 46,10 m²-----

QUADRO I-----

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

QUADRO II				
		s/n	C/m ²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem			
	- Semipenetração betuminosa	0	0,26	0,00
	- Betão betuminoso	1	0,16	0,16
	- Granito (calçada a cubos)	0	0,22	0,00
	- Granito (calçada à portuguesa)	0	0,10	0,00
	- Betão	0	0,22	0,00
	Passeios			
	- Lancil (Betão)	1	0,20	0,20
	- Lancil (Granito)	0	0,38	0,00
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	1	0,19	0,19
	- Pavimento (Mosaico)	0	0,28	0,00
REDE DE ÁGUA		1	0,26	0,26
REDE DE ESGOTOS		1	0,37	0,37
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	0,51	0,00
C - custo das obras existentes na via pública			1,18	
A - área bruta da obra a realizar (ampliação)			46,1	m ²
Ampliações de moradias unifamiliares existentes, desde que a área bruta de construção seja superior a 20 m ²				
- n.º 3 do artigo 25.º				
T = C x A			T =	54,40 €

QUADRO II**- Cálculo das taxas administrativas**

(art.º 66 da subsecção IV)

	Descrição	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO		
Secção IV	EDIFICAÇÕES		
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)		
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação		
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará		38,70 €
n.º 18	Aumento de área bruta de construção, acresce por m ² adicional	46,10 m ²	3,20 € 147,52 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	1	11,85€ 11,85 €
Art.76,n.º6	Vistoria	54,00€	54,00 €
TOTAL			252,07 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 54,40 € + 252,07 € = 306,47 €-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 04.12.2018:-----

Visto. Concorro. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se

encontram patenteadas na operação urbanística em presença (Ampliação de uma habitação unifamiliar no lugar de Mairos) nos termos e para os efeitos preconizados nos itens 8.7.1, 8.7.2 e 9 deste documento, e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa. No alvará de autorização de utilização a emitir, deverá constar a menção expressa de que a edificação a que respeita foi objecto de legalização.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.12.20. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 685/18 - JOSÉ JOAQUIM PIRES DOS SANTOS MELO - RUA DA QUINTELA, N.º 43, SANTA CRUZ/TRINDADE, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 06.12.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento n.º 1821/18, referente ao processo n.º 685/18, o Sr.º José Joaquim dos Santos Melo, apresenta um pedido, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de ampliação⁸ de uma habitação unifamiliar, com licença n.º 315/58 e construção⁹ de anexo/garagem, localizado na rua da Quintela, n.º 34 - Santa Cruz/Trindade, União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge no concelho de Chaves.-----

1.2-De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total 263,43 m², está inscrito na matriz urbana com o n.º 1257 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1131/19910128, da freguesia de Outeiro Seco. -----

1.3- De acordo com a Caderneta Predial Urbana, o prédio urbano tem a área total 263,43 m², está inscrito na matriz com o n.º 1167 da freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge no concelho de Chaves.---

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Licença de obras n.º 524/84, para construção de "*duas casas geminadas, r/chão e andar, com a área de 664,70 m²*", emitida em nome do Sr.º Jaime Fernandes Videira e averbado para o nome do Sr.º Fernando de Oliveira.-----

2.2- Alvará de loteamento n.º 3/84, emitido em nome do Sr.º Jaime Fernandes Videira.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

⁸ «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente; -----

⁹ «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações; --

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º- A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Caderneta Predial Urbana-----
- Certidão da Conservatória do Registo Predial;-----
- Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal;-----
- Planta de localização à escala 1:2 000;-----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-
- Declarações dos técnicos, comprovativa de inscrição em associação pública de caráter profissional;-----
- Declaração de seguro de responsabilidade civil profissional dos técnicos;-----
- Quadro de áreas;-----
- Ficha de medição;-----
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Levantamento topográfico à escala 1:250;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Planta de implantação à escala de 1: 100/Perfil do arruamento;-----
- Plantas à escala de 1:100; -----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Fotografias;-----
- Desenho de alterações;-----
- Pormenores s/escala;-----
- Projeto de arranjos exteriores;-----
- Pedido de isenção do plano de acessibilidade, subscrito por técnico habilitado a ser autor do plano;-----
- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;----
- Projeto de águas pluviais;-----
- Declaração de isenção de apresentação do projeto acústico, subscrito por técnico habilitado a ser autor do projeto;-----
- Declaração de isenção de apresentação do projeto térmico, subscrito por técnico habilitado a ser autor do projeto;-----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio;-----
- Projeto de águas pluviais;-----
- Projeto de estabilidade;-----
- Ficha de elementos estatísticos;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1-O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por se reportar à legalização das obras de ampliação e construção de habitação e anexos-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- Do alvará de loteamento 1/1977, constam as seguintes indicações, relativas ao lote:-----

- Área do lote = 263,43 m²;-----
- Número de pisos. = 2;-----
- Utilização prevista = habitação unifamiliar; -----

4.2.2- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 34 B, o prédio urbano está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.1 - Cidade de Chaves.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- O requerente pretende a legalização da ampliação de uma habitação unifamiliar de r/chão, andar e águas furtadas, com a área bruta de construção de 161,49 m² e de um anexo/garagem com a área de 119,41 m². Existe um aumento de área de 133,41 m², relativamente à construção licenciada ao abrigo da licença de construção n.º 524/84.-----

5.2 - Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-11-08, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 83/2018", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido.-----

5.3 - Da vistoria realizada, resultou parecer, no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar, objeto de pedido de legalização das obras de ampliação, pese embora, fosse comunicado ao requerente a necessidade de colocação de dois "tapa vistas", no terraço do anexo, na parte contígua ao terraço do vizinho, correspondente ao alçado posterior e lateral esquerdo.-----

5.4- O requerente apresenta sob requerimento n.º 2359/18, datado de 09/11/2018, fotografias elucidativas de ter levado a efeito a colocação dos dois "tapa vistas", no terraço do anexo, na parte contígua ao terraço do vizinho, correspondente ao alçado posterior e lateral esquerdo e de acordo com o relatório técnico da comissão de vistorias.-----

5.5- Da análise do loteamento, constata-se que o mesmo não define os parâmetros urbanísticos, constantes do artigo 77.º do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, como se pode verificar da leitura do ponto 4.2.1. da presente informação, que transcreve as especificações do alvará de loteamento.

5.6- Neste sentido, afigura-se, face às indefinições do alvará de loteamento n.º 3/1984, analisar a pretensão á luz do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicado em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

5.7- Respeita o índice de construção estabelecido para o local, que é nestes casos de 1,20 m²/m² aplicado á área da parcela, ou seja, (área do terreno x índice de construção) = 263,43 m² x 1,20 m²/m² = 316,12 m² (máxima área bruta de construção permitida). A pretensão preconiza uma área bruta de construção de 280,99 m², o que implica um índice de construção de 1,07 m²/m² < 1,20 m²/m² (índice de utilização do local).-

5.8- As obras de ampliação e construção a legalizar, respeitam os artigos 18.º e a subalínea iii) da alínea a1) do n.º 2 do artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1 - O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do

autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados.-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----

7.1- Não há lugar ao cálculo das taxas de infraestruturas, pelo facto de se tratar de uma construção situada em loteamento, e de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 23 do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística.-----

7.2- As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 268,76 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 268,76 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado no quadro II (taxas administrativas) do anexo I. -----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que o edifício principal e anexos, se situam em local, onde predominam esta tipologia de construções e que o seu estado atual de conservação, não desvirtua a envolvente em que se insere.---

8.2- Considerando, que as obras levadas a efeito sem os necessários atos administrativos de controlo prévio, cumprem as especificações do alvará de loteamento 03/1984 e cumulativamente as disposições da subalínea i) da alínea a1) do n.º 2 do artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

8.3- Considerando, que a operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas às acessibilidades, aos requisitos térmicos e acústicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências. Neste contexto, mesmo que o edifício tivesse sido alterado legalmente, sempre existiria sem estas exigências.-----

8.4- Considerando que da vistoria realizada, resultou, não haver necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o título a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º 3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de ampliação da habitação unifamiliar e da construção de anexo de apoio, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de

Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO Nº 314/2010-----

Áreas (m²) - com aumento de área de 133,41 m²-----

QUADRO I-----

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

Não há lugar ao cálculo das taxas de infraestruturas, pelo facto de se tratar de uma construção situada em loteamento, e de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 23 do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística.-----

QUADRO II-----

- Cálculo das taxas administrativas-----

(art.º 66 da subsecção IV)

	Descrição	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO		
Secção IV	EDIFICAÇÕES		
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)		
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação		
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará		38,70 €
n.º 18	Aumento de área bruta de construção, acresce por m² adicional	14,00 m²	3,20 € 44,80 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	1	11,85€ 11,85 €
n.º 11	Anexo de apoio	119,41m²	1,00€ 119,41 €
Art.76,n.º 6	Vistoria		54,00€ 54,00 €
	TOTAL		268,76 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 268,76 €-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 17.12.2018:-----

Visto. Concorro. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (Obras de ampliação de uma habitação unifamiliar licenciada a coberto do alvará de licença n.º 524/84 e de construção de um anexo destinado a garagem, localizados na Rua da Quintela, da Freguesia de Santa Cruz/Trindade) e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização dos imóveis em causa.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.12.20. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO, PEDIDO DE CERTIDÃO - PROCESSO N.º 774/17 - ALBINA NEVES PIRES - LUGAR DE CRUZEIRO, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 22.11.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Pretensão-----

Vem a Srª Albina das Neves Alves Pires através de requerimento n.º 2409/18, referente ao processo n.º 408/18, solicitar a emissão de certidão de destaque de uma parcela de terreno, de um prédio rustico descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2197/19980518 e inscrita na matriz com o n.º 4671, situada na estrada de Outeiro Seco, Vila Verde Jusão, freguesia de Outeiro Seco.-----

O prédio rustico acima identificado possui a área total de 1208,45m2 confronta a sul com caminho publico e poente com estrada municipal.-- Pretende a requerente proceder ao destaque de uma parcela com a área de 582.30m2.-----

2. Enquadramento urbanístico do pedido-----

2.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo, todo o terreno acima identificado situa-se em aglomerado urbano U3 de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) numa área de 1208.45m2. -----

2.2- Normas Legais em Vigor - RJUE, RMUE-----

O pedido ora formulado tem enquadramento legal no n.º 4 do artigo 6 do DL n.º 136/2014, (RJUE). estando isenta de controle prévio.-----

As operações de destaque tem ainda enquadramento no disposto no n.º 2 do art.º 6 do Regulamento municipal de urbanização e edificação para o concelho de Chaves. (RMUE), e a sua instrução deverá ser efetivada nos termos do artigo 19º do RMUE.-----

3. Analise processual -----

Por análise de elementos apresentados verifica-se que:-----

- Todo o prédio urbano acima identificado com uma área de 1208,45m2 se situa em aglomerado urbano e confrontante no seu todo com caminho publico.-----

- Que a parcela que se pretende destacar tem uma área de 582.30m2 e a parcela restante -prédio mãe passará a ter uma área de 626.15m2.-

- Que ambas as parcelas resultantes da operação em causa confrontam com caminho público.-----

- Existe uma construção licenciada por alvará n.º 103/18 destinada a habitação que ficará integrada no prédio mãe.-----

- Ambas as parcelas estão inseridas em aglomerado urbano U3 de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) advindo um índice de construção de $I_c=0,8m^2/m^2$.-----

4. Proposta de decisão -----

Pelo supra citado pode-se constatar que se encontram reunidos os requisitos constantes no disposto no ponto 4 e ponto 6 do artigo 6º do RJUE.-----

Pelo exposto, julgo salvo melhor opinião emitir parecer favorável à emissão de certidão de destaque solicitada, no entanto deverá o assunto ser agendado para a próxima reunião de Camara que melhor deliberará.- À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 07.12.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação consubstanciando o deferimento do pedido de emissão de certidão comprovativa de que o acto que terá por efeito o destaque da parcela do prédio requerido pela interessada esta isenta de licença, uma vez que se mostram cumpridos os requisitos legais estipulados no n.º4, do artigo 6º do decreto lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.12.20. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ANEXO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 708/18 - DIAMANTINO RIBEIRO DE SOUSA - TRAVESSA CONDE CARIA, VIDAGO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento n.º 1863/18, referente ao processo n.º 708/18, o Sr.º Diamantino Ribeiro de Sousa, na qualidade de proprietário, apresenta um pedido, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de construção¹⁰, de uma habitação unifamiliar e anexo de apoio, localizada na Travessa Conde Caria - Vidago, União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Caderneta Predial Urbana apresentada, o prédio urbano tem a área total 85,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 1451 da União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras.-----

1.3- De acordo com a Caderneta Predial Rústica apresentada, o prédio rústico tem a área total 4.970,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 2274 da União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras.-----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Não foram encontrados antecedentes do processo.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), com exceção, da Certidão da Conservatória do Registo Predial e os projetos de especialidades,

¹⁰ «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;---

certificados ou relatórios técnicos acompanhados de termos de responsabilidade a conferir solidez e salubridade à edificação.-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1-O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º -A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por se reportar à legalização das obras de construção de uma habitação unifamiliar e anexo.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 60 B, o prédio urbano está inserido em dois espaços distintos: em espaço de classe 4, espaços agrícolas e florestais, categoria 4.2 - espaços agrícolas, na subcategoria 4.2. A - espaços agrícolas defendidos (Reserva Agrícola Nacional - (RAN)) e em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.2 - Vila de Vidago.----

4.2.2- Por outro lado, sobre o prédio impende uma servidão administrativa adveniente da sua localização, na zona do perímetro de proteção da concessão hidromineral de Vidago, fixado pela Portaria n.º 221/2000, de 15 de Abril. -----

4.2.3- Sob parte da parcela de terreno, impende ainda uma restrição, relativa à classificação do solo de acordo com a sua capacidade de uso - solo que possui aptidões e características mais adequadas à atividade agrícola (RAN).-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- A requerente pretende a legalização da construção de uma habitação unifamiliar e anexo. A habitação a legalizar, possui três pisos e uma área bruta de construção de 287,00 m², o anexo de apoio, um piso e 150,00 m².-----

5.2- A implantação da habitação, de acordo com a planta de implantação apresentada, é feita em espaço de classe 4 - espaço agrícola e florestal, categoria 4.2 - espaços agrícolas, na subcategoria 4.2. A - espaços agrícolas defendidos (Reserva Agrícola Nacional - (RAN)). O anexo de apoio está implantado em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.2 - Vila de Vidago.-----

5.3- Pese embora, não seja apresentado documento comprovativo, designadamente, Certidão da Conservatória do Registo Predial, com a área do prédio de acordo com o levantamento topográfico, bem como, dos elementos constantes das Cadernetas Predial rústica e urbana apresentadas e do levantamento topográfico não é possível aferir a confrontação da parcela, pelo que a análise à pretensão baseia-se na área do levantamento topográfico.-----

5.4- Na categoria de espaço em que está implantada a habitação, só são permitidas edificações destinadas a habitação, quando seja apresentada prova documental (Certidão da Conservatória do Registo Predial) de que a área da parcela é de 20 000 m² (fora da área de proteção à zona urbana de Chaves).-----

5.5- Segundo levantamento topográfico o terreno tem 4.970,00 m² < 20.000,00 m² (área mínima de terreno necessária, para a edificação pretendida), e a construção encontra-se a menos de 10 metros de uma extrema da parcela.-----

5.6- Na categoria de espaço em que se projeta o imóvel a legalizar - Reserva Agrícola Nacional, os solos, não podem ser objeto de quaisquer ações que diminuam ou destruam as suas potencialidades.-----

5.7- As Áreas integradas na Reserva Agrícola Nacional, subordinam-se aos respetivos regimes e seus condicionamentos, cumulativamente com as disposições do regulamento do Plano Diretor Municipal, de acordo com o disposto no art.º 34 do Regulamento do Plano Diretor Municipal. Este Plano, refere na alínea c) do n.º2 do art.º 35, que terão de ser cumpridos os condicionamentos e a tramitação legal aplicável, quando o local destinado á edificação se situar em área subordinada ao regime de Reserva Agrícola Nacional.-----

5.8- Caso a pretensão, desse cumprimento às disposições, constantes das alíneas a) e d) do n.2 do artigo 37.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, de acordo com o referido no anterior item 4.2.3, o parte da parcela de terreno, está inserida em área de Reserva Agrícola Nacional, pelo que, as obras de edificação a legalizar para as, dependem ainda, da obtenção de parecer prévio da Comissão Regional de Reserva Agrícola, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 23.º do Decreto- Lei n.º 199/2015 de 16/09.-----

5.9- Caso a pretensão, desse cumprimento às disposições, constantes das alíneas a) e d) do n.2 do artigo 37.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, face à servidão administrativa decorrente da sua localização, na zona de proteção da concessão hidromineral de Vidago, carece de parecer da Direção - Geral de Energia e Geologia (DGEG), de acordo com o disposto no artigo 48.º, da Lei n.º 54/2015, de 22 de Junho.-----

5.10- O anexo de apoio, pese embora, esteja implantado em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.2 - Vila de Vidago, não poderá ser objeto de legalização por não ter autonomia, desligado da edificação principal - habitação unifamiliar.-----

6 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

6.1- Considerando, que o imóvel se destina a habitação unifamiliar e que a área da parcela, onde se insere não que respeita o disposto no n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves. -----

6.2- Considerando que as obras de construção da habitação unifamiliar e o terreno em que se insere, não cumprem o especificado na alínea d) do n.º 2 do artigo 37.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves.-----

6.3- Considerando, que se torna impróprio a obtenção dos pareceres das entidades, Comissão Regional de Reserva Agrícola e Direção - Geral de Energia e Geologia (DGEG), face ao não cumprimento, das disposições constantes do artigo 37º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves.-----

6.4- Considerando, que a edificação secundária - anexo de apoio, não tem autonomia desligado da edificação principal - habitação unifamiliar.-----

7 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

7.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere indeferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a

que se fez referência e reconhecer que não se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

c) Caso, a Câmara Municipal delibere indeferir o presente pedido de legalização das obras de construção da habitação unifamiliar e anexo, dever-se-á ainda notificar o requerente nos termos do disposto no artigo 114.º e seguintes, do Decreto-Lei nº4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 121º e seguintes, no que respeita à audiência prévia dos interessados, mediante o estabelecimento de um prazo de 10 dias para, querendo, virem a processo, dizer o que se lhes oferecer sobre o presente sentido de decisão.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 10.12.2018:-----

Visto. Concorde. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente ao indeferimento do pedido de legalização da operação urbanística em causa, por violação das normas legais e regulamentares expressas no item "6-Considerações Fundamentadoras da Proposta de Decisão", deste documento.-----

Neste contexto, dever-se-á notificar o requerente, nos termos e para os efeitos do preceituado no Art.º 121º e seguintes, do Código de Procedimento Administrativo, para, querendo, vir a processo, num prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido provável da decisão acima anunciada.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.12.20. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO, PEDIDO DE CERTIDÃO - PROCESSO N.º 932/18 - HERCULANO TEIXEIRA DE BARROS - RUA DE S. ROQUE, MADALENA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 21.11.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I- Pretensão-----

O Sr. Herculano Teixeira de Barros, na qualidade de proprietário, vem através do requerimento n.º 2411/18, referente ao processo n.º 932/18, solicitar a emissão de certidão de destaque de uma parcela de terreno, descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1028/20150210 e inscrita na matriz urbana com o n.º 31, situada na Rua de São Roque, União das Freguesias da Madalena e Samaiões, em Chaves.-----

II- Antecedentes-----

A edificação em causa possui um alvará de licença de construção n.º426/79 em nome de Delmar Pinheiro dos Santos. Neste alvará de

licença consta uma informação (informação de 21/01/80) na qual refere que a obra foi embargada e a desobediência ao embargo.-----
Possui projeto de Remodelação/Ampliação do edifício licenciado sob o n.º 426/79, Proc.º n.º 560/18), e sobre o qual recaiu a informação técnica de 14/09/2017.-----

Possui no projeto de Remodelação/Ampliação do edifício licenciado sob o n.º 426/79, Proc.º n.º 671/18), e sobre o qual recaiu a informação técnica de 29/05/2018 de indeferimento.-----

III- Localização-----

O prédio objeto de parecer localiza-se na Rua de São Roque, Madalena, União das Freguesias da Madalena e Samaiões, em Chaves.-----

IV - Saneamento e apreciação liminar-----

O pedido apresentado sob requerimento n.º 2411/18 refere-se a uma certidão de destaque, apresentando para o efeito o projeto com os elementos constantes no artigo 19.º do RMUE:-----

- Peças escritas com Termos de responsabilidade, memória descritiva e justificativa da pretensão;-----

- Peças desenhadas com o levantamento topográfico, plantas de localização;-----

- Documentos de legitimidade, Certidão de registo predial n.º 1028/20150210, não estando atualizada;-----

V-Enquadramento URBANISTICO DO PEDIDO-----

5.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

5.1.1- De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 932/18 - a parcela de terreno objecto de destaque - terreno com área de 5 112,00 m2 - situa-se de acordo com o Plano Director Municipal (PDM) na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na Categoria 1.1- Cidade de Chaves.-----

5.1.2- De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 932/18 - o terreno situa-se de acordo com o extrato da Planta de Condicionantes n.º 34 A do Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, na zona de servidão da Zona Adjacente ao rio Tâmega (Portaria n.º 335/89) e Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga de Chaves;-----

5.1.3- Alteração do regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM), o qual se encontra aprovado e publicação em Diário da Republica - DR. 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018.----

5.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 932/18 enquadra-se no preceituado no n.º 10 do artigo 6 do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), devendo observar, o disposto nos n.ºs 4 ou 5, consoante a localização da parcela a destacar, ou, se também ela se situar em perímetro urbano e fora deste, consoante a localização da área maior.-----

5.3- Regulamentos Municipais-----

O processo n.º 932/18, enquadra-se no disposto no n.º 2 do art.º 6 do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE), estando isentos de licença desde que cumpram os requisitos constantes nos n.º 4 a 10 do artigo 6 do RJUE.-----

VI - Considerações Fundamentadas da Proposta de Decisão-----

O requerente através do requerimento n.º 2411/18, apresenta pedido para emissão de certidão de destaque em conformidade com o disposto no n.º4 do art.º 6 do RJUE, estando o processo instruído de acordo com o preceituado no artigo 19.º do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação.-----

Da análise do pedido apresentado constata-se que:-----

6.1 - A Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, refere prédio urbano com a área total de 5 112,00 m2, está inscrito

na matriz urbana com o n.º 31 e descrito na conservatória sob o n.º 1028/20150210 da Freguesia da Madalena, e a edificação é composta por r/c, 1.º andar e águas furtadas;-----

6.2 - A área da parcela a destacar é de 1 595,00 m2 e está inserida na classe 1 - Espaço Urbano e Urbanizável - Categoria 1.1- Cidade de Chaves;-----

6.3- A parcela sobrance (mãe) possui uma área de 2 875,00 m2, está inserida na classe- Espaço Urbano e Urbanizável, Categoria 1.1- Cidade de Chaves, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Diretor Municipal;-----

Considerando que a área do levantamento topográfico (4 470,00m2) é inferior à área de terreno registado (5 112,00 m2);-----

Considerando que estas discrepâncias nas áreas, são importantes para o destaque, deverá o proponente proceder à sua retificação;-----

Considerando ainda, que o requerente propõe o destaque de uma parcela de terreno onde se encontra edificada uma construção (habitação) e anexo (garagens), sendo que o acesso à parcela mãe colide com o anexo, bem como com um poço existente;-----

Considerando que a edificação existente foi objeto de licenciamento- alvará de licença de obras n.º 426/79- que não foi cumprido em obra, nomeadamente a implantação;-----

Considerando que impede sobre esta edificação um embargo e desobediência ao mesmo, conforme consta numa informação técnica de 21/01/80;-----

Considerando que o requerente propõe na memória descritiva e justificativa o cumprimento da ordem de demolição;-----

Considerando que a edificação existente, apesar de ter sido objeto de licenciamento, este não foi cumprido em obra (nomeadamente a implantação), pelo que foi embargada e desobediência ao embargo;-----

Considerando que a edificação em causa não cumpriu as condições constantes do alvará de licença de obras emitido, depreende-se, que o alvará de licença de obras nunca esteve válido. -----

Pelo exposto, conclui-se que:-----

1- O requerente deverá proceder à retificação das áreas no registo predial;-----

2- Apresentar projeto de licenciamento para demolição da edificação existente;-----

3- Dado que possui um poço, no acesso à parte traseira do edifício, deverá o mesmo ser sujeito a trabalhos para a sua cobertura eficiente e segura, caso venha a fazer parte integrante de passagem viária;----

Mais se informa que a operação de destaque nos termos apresentados só é passível de emissão de parecer, após licenciamento da demolição da edificação existente.-----

VII - Proposta de Decisão-----

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa de propor o indeferimento do pedido formulado nos termos do disposto no artigo 121.º e 122.º do CPA.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 10.12.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão conducente ao indeferimento do pedido de certidão comprovativa de que o acto que terá por efeito o destaque da parcela do prédio requerido pela interessada, está isento de licença.-

Neste contexto, dever-se-á notificar o requerente, por escrito, nos termos do disposto no artigo 122º, do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro, para, querendo, vir a processo, num prazo de dez dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão antes preconizada.--

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.12.20. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 15/92, PEDIDO DE ALTERAÇÃO - PROCESSO N.º 24/18 - ALMOR FERNANDES JESUS - CAMINHO DE CASAS DOS MONTES, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VICTÓRIA ALMEIDA DATADA DE 17.12.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1 Através do requerimento registado nesta Autarquia com o n.º 2370/18, de 13 de novembro de 2018, no âmbito do processo nº24/18, vem o Sr. Almor Fernandes Jesus, solicitar a emissão do 3.º aditamento ao alvará de loteamento (que o incide sobre lote n.º 3, do loteamento com alvará n.º15/92 e posteriores aditamentos, sito no caminho das Casas dos Montes, na Freguesia de Santa Maria Maior (no que respeita às especificações do lote n.º 03.).-----

1.2 A instruir o pedido, para além do requerimento apresenta-----

- Planta de Síntese (5 exemplares);-----
- Descrição pormenorizada do lote nº 03;-----
- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio abrangido.-

2. ANTECEDENTES-----

2.1 O Sr. Almor Fernandes Jesus, na qualidade de proprietário do lote n.º 03 do loteamento titulado com alvará n.º15/92 e posteriores aditamentos, sito no caminho das Casas dos Montes, na Freguesia de Santa Maria Maior, solicitou através do requerimento n.º 82, de 09 de janeiro de 2018, que deu origem ao processo nº24/18, o licenciamento da alteração às condições da licença do referido alvará no que respeita às especificações do lote n.º 03, o qual foi aprovado por deliberação, em reunião de camara a realizada em 30/10/2018;-----

2.2 De acordo com a informação/proposta n.º 1656/SCOU/2018, datada de 16/11/2018 e presente em reunião de camara realizada em 30/10/2018, pese embora a pretensão consubstanciar uma área não cedida de 61,75m², contudo uma vez que a mencionada área era inferior à área a exigir para espaços públicos, isto é ao excedente 580m² (1642,00m²-1062.00m²), por lapso foi referido dispensar o requerente "de qualquer forma de compensação ao município pela área não cedida";-----

2.3. Após reunião havida nestes serviços da D.G.O.T., realizada em 21/11/2018, no âmbito da análise da informação n.º 1656/SCOU/2018, datada de 16/10/2018 que conduziu á decisão de aprovação da alteração à referida operação de loteamento e foi detetado ter havido lapso no

valor das taxas a aplicar à pretensão, uma vez que para além da quantia referente às taxas administrativas, deverão ser liquidadas também as taxas de compensação em numerário.-----

2.4 Assim no caso concreto, uma vez que prédio a lotear já se encontra servido pelas infraestruturas a que se refere a alínea h), do artigo 2.º, do RJUE e uma vez que também não se justifica a localização de qualquer equipamento ou espaço verde públicos no referido prédio, não há lugar a qualquer cedência para esses fins, ficando contudo o proprietário obrigado ao pagamento de uma compensação ao município, em numerário ou em espécie, nos termos definidos no regulamento municipal, nos termos do artigo 44.º do RJUE, constituem elemento da licença;-----

2.5 Neste seguimento a emissão do alvará depende do prévio pagamento de tais taxas, de acordo com o n.º 2, do artigo 74.º, do RJUE, em articulação com o artigo 26.º e seguintes, do CAPÍTULO VI, sob a epígrafe "Compensações" do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.-----

3. ANÁLISE TÉCNICA-----

3.1 O pedido de alteração à licença, para efeitos do regime de áreas de cedência em loteamentos, consubstancia aumento da área bruta de construção em **247,00m²** (240,00m²- 487,00m²) considera-se que apenas recai o previsto na alínea b) n.º2 do artigo 21.º do regulamento do P.D.M. no respeitante às alterações introduzidas (aumento da área bruta de construção em 247,00m²) não se aplicando as restantes alíneas do mesmo artigo, pelo motivo da área do terreno inicial se manter inalterável;-----

3.2 Face ao exposto, e aplicando a norma retro citada, deverá o requerente compensar o município pela área não cedida para equipamentos públicos correspondente a **61,75m²** [$0,00m^2 \leq 25\% (247,00m^2) = 0,00m^2 \leq 61,75m^2$];-----

3.3 Neste sentido, e de acordo com a fórmula estabelecida no artigo 30º do Regulamento de liquidação de taxas e cobrança de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas, o valor do cálculo da compensação a pagar ao Município, em função das áreas não cedidas referidas no ponto anterior, é o que se resulta no quadro a seguir apresentado:-----

REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E LICENÇAS									
TABELAS DE TAXAS E LICENÇAS DEVIDAS PELA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS									
QUADRO XIX									
PARÂMETROS PARA CÁLCULO DE COMPENSAÇÕES AO MUNICÍPIO (ARTIGO 67º)									
LOCALIZAÇÃO		ZONA			ÍNDICE DE CONSTRUÇÃO		FACTOR DE LOCALIZAÇÃO (L)		COEFICIENTE URBANÍSTICO LOTEAMENTO (K)
CHAVES		DENSIDADE SUPERIOR			1,20		1,00		0,25
		DENSIDADE MÉDIA			0,80		0,90		0,20
		DENSIDADE INFERIOR			0,50		0,80		0,18
		ÁREA PERIURBANAS			0,50		0,60		0,18
VIDAGO		ÁREA CENTRAL			1,00		0,80		0,20
		ÁREA NÃO CENTRAL			0,50		0,60		0,18
OUTROS AGLOMERADOS					0,80		0,50		0,15
PORTARIA 379/2017 DE 19 DE DEZEMBRO									
482,40€ VALOR MÉDIO DE CONSTRUÇÃO POR METRO QUADRADO para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis, a vigorar no ano de 2018								482,40	
				482,4					
densidade superior									
C	L	K	A'	V					
1	1,00	0,25	61,75	482,40			C1	3.723,53 €	

$$C = \frac{L \times K \times A (m^2) \times V}{2}$$

sendo,-----

L - Fator de localização -----

K - Coeficiente urbanístico do loteamento -----

A - Valor em metros quadrados da área não cedida.-----

V - 482,40€ (valor médio de construção por metro quadrado para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis, a vigorar no ano de 2018)-----

C - Valor da Compensação devida ao Município.-----

3.4 Assim, a compensação devida ao município pelo requerente, relativa às áreas não cedidas para integração no domínio municipal para Equipamentos, é de **3.723,53 €** (três mil setecentos e vinte e três Euros e cinquenta e três cêntimos) correspondente à não cedência de **61,75m²** (resultante do aumento da área bruta de construção em 247,00m²).-----

4. CONSIDERAÇÕES DO PARECER-----

Por tudo o exposto, nesta informação corrigem-se os montantes a liquidar pela emissão do 3.º aditamento ao alvará de loteamento n.º15/1992, passando os mesmos, a corresponder os valores abaixo mencionados:-----

4.1 Taxas Administrativas para emissão do 3.º aditamento ao alvará de loteamento, constantes das tabelas da folha n. º76 do processo;-----

4.2 Taxas referente à compensação a pagar ao Município, em função das áreas não cedidas, de acordo com o quadro anexo ao item 3.3 da presente informação, resultando um montante de 3.723,53 € (três mil setecentos e vinte e três Euros e cinquenta e três cêntimos).-----

5. PARECER-----

Tendo em consideração que o vem de ser dito adotar as seguintes decisões;-----

5.1 Retificar o ato administrativo, no âmbito da retificação da informação/proposta n.º 1656/SCOU/2018, datada de 16/11/2018 e presente em reunião de camara realizada em 30/10/2018, por forma a incorporar na mesma para além das taxas administrativas, as taxas de compensação pelas áreas não cedidas acima referidas. Mais se informa que tudo o resto vertido na informação/proposta n. º1656/SCOU/2018, de 16/10/2018 se mantém válido.-----

5.2 Com a apresentação dos elementos mencionados no subponto 1.2, do titulo 1, da presente informação não há quaisquer objeções a que o executivo delibere emitir o 3º Aditamento ao alvará de loteamento nº 15/92, nos termos do disposto no artigo 75º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, do Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na redação conferida pelo Decreto Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e ulteriores alterações, desde que se mostrem pagas as taxas previstas no artigo 117º do diploma legal acima referido.-----

5.3. Pelo exposto no nº 4, do artigo 76º daquele diploma, o referido título deverá ser emitido no prazo de 30 dias, a contar da data da apresentação dos elementos supra referidos. -----

5.4. Cabe à câmara municipal promover as formalidades de publicidade previstas no nº 2 do artigo 78º do RJUE, no prazo de 10 dias, após a emissão do título solicitado.-----

5.5 Dever-se-á ainda devolver ao requerente a fotocópia da descrição pormenorizada do lote nº 03, conferida com o original, para efeito de registo da alteração à licença na Conservatória do Registo Predial de Chaves.-----

5.6. Mais se refere, no ato da emissão do título, deverá ser entregue CD, contendo as peças escritas e desenhadas, acompanhado de declaração de conformidade.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 17.12.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação nos termos e para os efeitos propostos no item "5.Parecer" deste documento.-----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.12.18. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. CONSTRUÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 857/18 - HUMBERTO AUGUSTO GONÇALVES - LUGAR DE BANDEIRA, FREGUESIA DE CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 07.12.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução-----

1.1. Requerimento -----

Vem o Sr.º Humberto Augusto Gonçalves na qualidade de proprietário através do requerimento n.º2241/18 e n.º2500/18 (processo n.º 857/18) apresentar elementos com vista à legalização de uma operação urbanística de edificação de um muro de vedação nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (doravante designado por RJUE), bem como pelo artigo 73 º-C do Regulamento Municipal de Urbanização e edificação (RMUE) situado no lugar da Bandeira, Cimo de Vila da Castanheira. -----

1.2. Antecedentes-----

A 2 de outubro do corrente ano foi lavrado auto de embargo e suspensão de obras particulares referentes às obras de construção de muro de vedação com altura variável de 0.80 m a 1.40 m uma extensão de 50 metros a confinar com a via pública.-----

1.3. Pretensão -----

Por leitura de todo o processo apresentado verifica-se que o requerente pretende legalizar a construção de um muro de vedação confrontante com caminho publico numa extensão de 50 metros. Verifica-se que neste momento os muros se encontram executados em blocos de cimento com altura variável de 0.8m e 1.4m de altura. Para a conclusão da obra terão que ser executados todos os trabalhos de forma a que o muro venha a possuir uma altura media de 1.40 metros, ser rebocado e pintado de cor branca colocação de portão em chapa de ferro. De forma a concluir as obras o requerente apresenta uma calendarização de 15 dias. -----

2. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1. Enquadramento da pretensão nas disposições do PDM-----

Tendo em conta a demarcação acima reproduzida à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com as plantas de ordenamento

do Plano Director Municipal, constata-se que encontra-se na Classe1 - espaços urbanos e urbanizáveis, na categoria U3- Outros aglomerados.-

2.2. - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º- A do RJUE, salientando-se que a respetiva instrução tem enquadramento na Portaria 113/2015. -----

2.3. - Enquadramento no regulamento municipal de edificação e urbanização. -----

O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.ºC-Procedimento de legalização de operações urbanísticas do Regulamento n.º732/2015 de seguida designado por RMUE. Refira-se ainda que nos termos do disposto no seu n.º13 a operação urbanística objeto de legalização que carece de obras deverá ser titulada por alvará de licença especial de legalização. -----

Dado tratar-se de um muro de vedação o alinhamento do muro tem enquadramento no ponto 3 do artigo 21 do RMUE.-----

3. ANALISE DO PROCESSO-----

3.1. Análise da instrução do processo-----

A instrução do pedido encontra-se em consonância com o preconizado na parte I e no n.º 15 e no n.º16 da parte III, do anexo I da Portaria 113/2015 de 22 de Abril, cumulativamente com o n.º6 do Artigo 21.º do Regulamento Municipal e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A do RJUE.-----

3.2. Análise processual-----

O processo ora apresentado encontra-se em conformidade com a legislação nomeadamente o definido no artigo 21 do RMUE, bem como o definido no regulamento de caminhos e estradas principais. -----

4. PARECER-----

Face ao anteriormente citado verifica-se que:-----

A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída, face ao qual e nos termos do n.º12 do artigo 73-C considera-se que poderá ser dispensada a realização de vistoria prévia de legalização(Refira-se ainda que por se tratar de um muro de vedação não é comum associar autorização de utilização a este tipo de obras).-----

O projeto apresentado cumpre as condições definidas no Plano diretor municipal, RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----

5. Proposta de decisão-----

Pelo exposto, no ponto 3 e 4 o deferimento do pedido de **licença especial de legalização** no referente à edificação do muro supra identificada.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido, o interessado dispõe o requerente do prazo de 30 dias para requerer e emissão do respetivo alvará de licenciamento especial de legalização, nos termos do n.º14 do artigo 73-C do RMUE, devendo para o efeito anexar os elementos constantes no n.º 1 do art.º 3 da Portaria n.º 216-E/2008, de 3 de Março.-----

- Informe-se ainda o requerente que nos termos do artigo n.º117 do RJUE e em conformidade com o Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais devidas pela realização de operações urbanísticas para o concelho de Chaves, foi efetivada a sua liquidação de acordo com mapa de medição em anexo:-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64.85 €
n.º 10	Muros de suporte ou de vedação, ou outro tipo de vedações, por metro linear, inseridos ou não em processos referentes a edifícios identificados nos n.ºs anteriores, acresce ao valor referido em 1	50	1,00 €	50.00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	1	11,85 €	11.85 €
	TOTAL			126.70 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 12.12.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (Construção de um muro de vedação no lugar da Bandeira, em Cimo de Vila da Castanheira), o qual deverá ser titulado por alvará de licença especial de legalização a requerer pelo interessado.-----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.12.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.11. AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 580/18 - JOÃO PEREIRA ALVES - RUA 25 DE ABRIL N.º 170, FREGUESIA DE VALE DE ANTA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 10.12.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1 - INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento n.º 1535/18, referente ao processo n.º 580/18, o Sr.º João Pereira Alves, na qualidade de proprietário, solicita, um pedido de aprovação de projeto de alterações de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada na legalização das obras de ampliação¹¹ de uma habitação unifamiliar, com licença de construção inicial n.º 117/74, situada na rua 25 de Abril, n.º 170, freguesia de Valdanta no concelho de Chaves.

1.2- De acordo com a Certidão De Teor, o prédio urbano tem a área total 673,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 427, da freguesia de Valdanta.-----

2 - ANTECEDENTES-----

¹¹ «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente;-----

2.1- Licença de obras n.º 117/84, para construção de uma habitação unifamiliar de r/chão e andar com a área de 181,74 m²";-----

3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão de Teor;-----
- Extrato da planta de ordenamento, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----
- Ortofotomapa à escala 1:5 000;-----
- Planta de localização à escala 1:25 000;-----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- Declaração do técnico, comprovativa de inscrição em associação pública de caráter profissional;-----
- Declaração de seguro de responsabilidade civil profissional do técnico;-----
- Quadro de áreas;-----
- Ficha de medição;-----
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Termo de responsabilidade do plano de acessibilidades e respetivo plano;-----
- Levantamento topográfico à escala 1:200;-----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 200;-----
- Desenho de alterações;-----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Fotografias;-----
- Ficha de elementos estatísticos;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Projeto de estabilidade;-----
- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;----
- Estudo de comportamento térmico;-----
- Projeto acústico;-----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio;-----
- Projeto de águas pluviais;-----
- Termo de responsabilidade do autor do projeto acústico;-----
- Termo de responsabilidade do autor do projeto de arranjos exteriores;-----
- Termo de responsabilidade pela direção técnica da obra;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (doravante designado RJUE), por se reportar à legalização das obras de ampliação de uma habitação unifamiliar.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 34 A, o prédio urbano está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- O requerente pretende a legalização da ampliação de uma habitação unifamiliar de r/chão e andar, com a área bruta de construção de 207,63 m². A habitação unifamiliar tem dois pisos e uma cércea de 6,12 metros.

5.2- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-09-20, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 80/2018", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.3- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar, objeto de pedido de legalização das obras de construção, pese embora, fosse comunicado à representante do requerente a necessidade de ser feita uma limpeza do logradouro da edificação, que se encontra com arbustos e ervas daninhas de altura considerável.-----

5.4 -A habitação unifamiliar que se pretende legalizar as obras de ampliação é uma preexistência, pelo facto de estar devidamente licenciada, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 5¹² do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

5.5- A ampliação respeita o índice de utilização estabelecido para o local, que é nestes casos de 0.80 m²/m² aplicado á área da parcela, ou seja, (área do terreno x índice de construção) = 673,00 m² x 0,80m²/m² = 538,40 m² (máxima área bruta de construção permitida). A pretensão preconiza uma área bruta de construção de 207,63 m², o que implica um índice de utilização de 0,31 m²/m² < 0,80 m²/m² (índice de utilização do local).-----

5.6- As obras de ampliação a legalizar, respeitam os artigos 18.º e a subalínea iii) da alínea a1) do n.º 2 do artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

5.7- Face ao uso pretendido para o imóvel, destinado a habitação unifamiliar, há a referir que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-

¹² Artigo 5º - Preexistência-----

1 - Para efeitos do presente Regulamento consideram-se preexistências as actividades, explorações, instalações, edificações, equipamentos ou quaisquer atos que, executados ou em curso à data de entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, cumpram nesse momento qualquer das seguintes condições:-----

a) Não carecerem de qualquer licença, aprovação ou autorização, nos termos da lei;-----

b) Estarem licenciados, aprovados ou autorizados pela entidade competente, nos casos em que a lei a tal obriga, e desde que as respetivas licenças, aprovações ou autorizações não tenham caducado ou sido revogadas ou apreendidas.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1 - O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados.-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----

7.1-De acordo com o n.º 3, do artigo 25.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 18,64 euros.-----

7.2-As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 187,40 euros.-----

7.3-O valor total das taxas a liquidar é assim de 206,04 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I.-----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que se trata de uma edificação, em que foram levadas a efeito obras de ampliação, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio.-----

8.2- Considerando, tratar-se de uma operação urbanística, em que não é possível, definir uma moda da cércea ou um alinhamento, a edificabilidade é condicionada pelo índice de construção do solo (ic), cércea e número de pisos. Neste sentido, pode -se concluir que o projeto em apreciação, respeita as regras e parâmetros de edificabilidade, previstos na alínea a1) da subalínea i) do n.º2 do artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, pelo facto de contemplar, um índice de construção de 0,31 m²/m², uma cércea de 6,12 metros e um número de pisos de 2.-----

8.3- Considerando, que o prédio urbano objeto de legalização das obras de construção acima enunciadas, insere-se no contexto urbano do local e mostra-se adequado ao uso.-----

8.4- Considerando, que o prédio urbano objeto de legalização das obras de ampliação acima enunciadas, encontra-se em razoável estado de conservação interior e exteriormente e não necessita de obras de correção ou adaptação, nos termos do enunciado no anterior item 5.3.

8.5 - Considerando que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a betuminoso, possui ligação á rede pública de água e esgotos.-----

8.6- Considerando, que o uso pretendido, para habitação unifamiliar, respeita o disposto na alínea a) do n.º 2, do artigo 7.º, da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de "Classe 1" estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

8.7- Considerando, que a operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas, aos requisitos térmicos e acústicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências. Neste contexto, mesmo que o edifício tivesse sido alterado legalmente, sempre existiria sem estas exigências.-----

8.8- Considerando que da vistoria realizada, resultou, não haver necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o título a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

8.9 - Considerando, que é apresentada Certidão das Finanças, relativa ao prédio urbano, mas que estamos em presença de uma situação excecional, visto tratar-se de um processo de regularização de uma operação urbanística de edificação já consolidada, e nessa medida, não é possível à requerente ultrapassar os constrangimentos inerentes à apresentação da Certidão da Conservatória do Registo Predial relativa ao prédio em questão, nem tão pouco a mesma consegue promover a celebração da escritura de justificação notarial, pois é-lhe exigida a autorização de utilização do prédio em causa, julgamos, salvo melhor opinião, que os documentos a apresentar para prova de legitimidade, embora não bastantes, deverão permitir a normal tramitação do processo urbanístico em causa, tendente a legalização da construção.-----

8.10- No entanto, no título - Alvará de autorização de Utilização que vier a ser emitido, dever-se á fazer constar, à cautela, e considerando a situação excecional reconhecida no caso individual e concreto as seguintes prescrições:-----

8.10.1- A Autorização de Utilização é emitida sob reserva de direito de terceiros;-----

8.10.2 - Os efeitos do Alvará de Autorização de Utilização, ficarão imediatamente suspensos caso o requerente não apresente, no prazo de 90 dias seguidos, contados desde a data da sua emissão, a respetiva Certidão da Conservatória do Registo Predial com a inscrição em causa a seu favor, na sequência da aquisição originária invocada;-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

9.1.1- Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

9.1.2- Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

9.1.3- Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de ampliação do edifício de habitação unifamiliar, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO Nº 314/2010-----
Áreas (m²) - com aumento de área de 25,89 m²-----

QUADRO I-----

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)

QUADRO II			
	s/n	C/m²	Custo (C)

REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem		
	- Semipenetração betuminosa	0	0,24 0,00
	- Betão betuminoso	1	0,14 0,14
	- Granito (calçada a cubos)	0	0,20 0,00
	- Granito (calçada à portuguesa)	0	0,06 0,00
	- Betão	0	0,20 0,00
	Passeios		
	- Lancil (Betão)	0	0,18 0,00
	- Lancil (Granito)	0	0,35 0,00
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	0	0,17 0,00
	- Pavimento (Mosaico)	0	0,35 0,00
REDE DE ÁGUA		1	0,24 0,24
REDE DE ESGOTOS		1	0,34 0,34
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	0,36 0,00
C - custo das obras existentes na via pública		0,72	
A - área bruta da obra a realizar (ampliação)		25,89	m ²
Ampliações de moradias unifamiliares existentes, desde que a área bruta de construção seja superior a 20 m ²			
- n.º 3 do artigo 25.º			
T = C x A		T =	18,64 €

QUADRO II-----
- Cálculo das taxas administrativas
 (art.º 66 da subsecção IV)

	Descrição	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO		
Secção IV	EDIFICAÇÕES		
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)		
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação		
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará		38,70 €
n.º 18	Aumento de área bruta de construção, acresce por m ² adicional	25,89 m ²	3,20 € 82,85 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	1	11,85€ 11,85 €
Art.76,n.º6	Vistoria	54,00€	54,00 €
TOTAL			187,40 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 18,64 € + 187,40 € = 206,04 €-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 18.12.2018:-----

Visto. Concorro. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (Ampliação de uma habitação unifamiliar sita na Rua 25 de Abril, da aldeia de

Valdanta) e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa. No alvará de autorização de utilização a emitir deverá constar a menção expressa de que as obras de ampliação em causa, foram objecto de legalização.-

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.12.20. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.12. AMPLIAÇÃO/ALTERAÇÃO DE ARMAZÉM DESTINADO A ARMAZENAMENTO DE PERFIS DE FERRO E ALUMÍNIO, PEDIDO DE APROVAÇÃO DE ALTERAÇÕES - PROCESSO N.º 507/06 - ALUMIVIDAGO, SERRALHARIA E COMERCIALIZAÇÃO DE ALUMÍNIOS - LUGAR DE LAMALONGA, ARCOSSÓ, UNIÃO DE FREGUESIAS DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 14.12.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I- Antecedentes-----

A requerente possui alvará de licença de obras n.º 179/2008, referente a uma operação urbanística de obras de construção de Armazém destinado a armazenamento de perfis de ferro e alumínio, sita no lugar de Lamalonga, Arcossó em Chaves.-----

II - Localização -----

O terreno objeto de intervenção localiza-se no Lugar da Lamalonga, União das Freguesias de Vidago Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras, em Chaves-----

III- Pretensão-----

A pretensão apresentada através do requerimento n.º 2322/18, incide na apresentação de projeto de alterações ao alvará de licença n.º 179/08, consubstanciado em alteração de fachada, ampliação a nível de altura do armazém e redistribuição do espaço interior. -----

O requerente manifesta, desde já, a sua futura intenção de alterar o uso do atual armazém para uma indústria de fabrico de portas, janelas, e elementos similares.-----

IV - Saneamento e Apreciação Liminar -----

Relativamente às questões de ordem formal e processual, constata-se que o projeto de arquitetura apresentado sob requerimento n.º 2322/18, cumpre os termos e o disposto no n.º 1 do artigo 20.º do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como fazem parte os Elementos instrutórios III, constantes do n.º 15 do Anexo I, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril.-----

V- Enquadramento Urbanístico-----

5.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

5.1.1 - De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º507/06 - o terreno objeto de intervenção situa-se de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, na Classe 4-Espaços Agrícolas e Florestais, na Categoria 4.3 Espaços Agroflorestais e Subcategoria 4.3.A- Espaços Agroflorestais Comuns.-----

5.1.2- Alteração e Republicação do Regulamento do PDM de Chaves, publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018.-----

5.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

Do ponto de vista procedimental o pedido enquadra-se à luz da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do RJUE, no caso, alterações ao regime da licença de construção já emitida.-----

VI - Caracterização e Análise da Pretensão-----

O requerente através do requerimento n.º 2322/18, apresenta projeto de arquitetura/alterações a uma edificação construída ao abrigo do alvará de licença de obras n.º 179/08.-----

A certidão de registo predial (registo n.º 792/20060105) refere prédio rustico com área de 5060,00m2, artigo urbano n.º 1349. Entretanto e de acordo com o solicitado verbalmente, em sede de audiência, apresentando a cópia da certidão de teor matricial onde a edificação foi objeto de inscrição. Apresenta ainda ficha de áreas retificada, face à confrontação com a Estrada Nacional.-----

Os parâmetros urbanísticos de edificabilidade devem obedecer às disposições constantes na alteração ao regulamento do PDM publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018.-----

Considerando que a edificação existente foi aprovada e licenciada ao abrigo do artigo 53.º do Regulamento do PDM, sendo o índice a aplicado $I_c=0,25 \text{ m}^2/\text{m}^2$.-----

Considerando que as alterações apresentadas não consubstanciam aumento de área de implantação, mas sim aumento de área de construção (79,00 m2), alterações na fachada e interiores.-----

Alvará de licença 179/08		Projecto de alterações proposto
	Parametros da edificação	
Area de implantação	375,00 m2	375,00 m2
Area bruta de construção para efeitos de I_c	375,00 m2	454,00 m2

Considerando que a implantação da edificação se mantém a licenciada, com ampliação de um piso intermedio numa área de 79,00 m2, destinado a armazém.-----

Considerando que a edificabilidade para este tipo de instalações terá de respeitar o disposto no artigo 58.º do Reg. do PDM, pelo que o projeto de alterações apresentado propõe apenas ampliação de 79,00 m2 de área bruta de construção, (área total edificada de 454,00 m2), respeitando por conseguinte a área máxima de edificação ($0,25 \times 5060,00 = 1265,00 \text{ m}^2$).-----

Artigo 58.º - Edificabilidade-----

As componentes edificadas referentes a armazéns de combustíveis ou de materiais explosivos ou perigosos, a instalações industriais, a armazéns e afins ou a instalações comerciais ou de serviços cumprirão, com as devidas adaptações, as regras de edificabilidade estabelecidas no artigo 28.º relativas à instalação avulsa de unidades industriais, salvo no que diz respeito ao I_c , que passa a adotar o valor de $0,25 \text{ m}^2/\text{m}^2$.-----

Considerando que o armazém cuja ampliação agora se pretende licenciar, poderá vir a ter uso para indústrias do tipo 3, nos termos das especificações constantes no PDM, nomeadamente o disposto no artigo 53.º.-----

Considerando que o requerimento n.º 2322/18 é acompanhado dos **projetos de especialidades** inerentes às alterações apresentadas, respeitando o disposto no n.º 4 do artigo 20.º do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como fazem parte os Elementos instrutórios III, constantes do n.º 16 do Anexo I, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril.-----

Considerando ainda, que consta do processo os termos de responsabilidade ao nível do projeto de arquitetura, e especialidades, em conformidade legal e regulamentar, garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.-----

Relativamente à intensão manifestada pelo requerente de que o **uso do armazém em causa venha ser alterado para um estabelecimento industrial, destinado ao fabricação de portas, janelas e elementos similares, deverá informar-se o proponente que a tramitação do referido pedido de licenciamento industrial deverá ocorrer através do respetivo "Balcão do empreendedor"**, face ao enquadramento legal do licenciamento industrial -Dec.-Lei 73/2015, de 11 de maio.-----

VII - Proposta de Decisão-----

Em coerência com o enunciado, e atendendo às razões de fato e de direito, julgo, salvo melhor que a decisão deverá ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo, para a emissão de competente decisão administrativa referente:-----

1- Emissão da competente decisão administrativa aprovação das alterações ao projeto de arquitetura, nos termos do requerimento n.º2322/18;-----

2- Emissão da competente decisão administrativa do deferimento do licenciamento da ampliação do armazém em causa, com aumento de área bruta de construção de 79,00 m2.-----

VIII - Da Emissão de Alvará-----

O requerente deve em conformidade com o disposto no ponto 1 do artigo 76.º do RJUE solicitar a emissão do respetivo alvará de licença, instruído de acordo com o disposto n.º3 da Portaria n.º 113/15, nomeadamente os seguintes elementos: -----

n) Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de setembro; -----

o) Apólice de seguro de construção, quando for legalmente exigível;--

p) Termo de responsabilidade assinado pelo diretor de fiscalização de obra e pelo diretor de obra; -----

q) Número do alvará ou de registo emitido pelo InCI, I. P., que confira habilitações adequadas à natureza e valor da obra; -----

r) Livro de obra, com menção de termo de abertura; -----

s) Plano de segurança e saúde;

t) Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho.-----

Deverá ainda apresentar a ficha de medição de acordo com o anexo IV do RMUE.-----

Deverá o empreiteiro, enquanto responsável pela produção de resíduos de construção e demolição (RCD), ter conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de RCD, de acordo com o modelo constante do anexo II, do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de Março.-----

IX - Das Taxas Devidas para a realização e reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas-----

Os custos centrados nos procedimentos de aprovação e execução das operações urbanísticas estão, manifestamente, associados ao dever de liquidação e cobrança das respetivas taxas urbanísticas e ou

compensações, para além dos inerentes custos administrativos relacionados com a sua tramitação procedimental, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:-----

Taxa de infraestruturas urbanísticas
(T)

QUADRO I				custos (C)		
		s/n	larg.	C/m	C/m ²	Custo (C)
	Faixa de rodagem					
	- Betão betuminoso		7,2		19,33	139,18 €/m
REDE DE ÁGUA		1		21,61		21,61 €/m

C - custo das obras existentes na via pública / m	160,79 €/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública	10,00
N - número de pisos	2

Edifícios destinados exclusivamente a fins comerciais e/ou industriais
- alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º

$T = C \times m \times [0.25 + 0.05 (N-1)]$	$T =$ 482,37 €
---	-----------------------

X - Das Taxas Devidas pela Emissão de Alvará-----

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE e o plasmado no n.º 3 do artigo 2.º do RMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção III	APRECIAÇÃO DE OUTROS PEDIDOS			
Artigo 43.º	Edifício destinado a indústria ou armazém			
n.º 1	Até 500,00 m2 de área bruta de construção	1	21,60 €	21,60 €
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	1	64,85 €	64,85 €
n.º 14	Alteração das fachadas dos edifícios licenciados com a abertura, ampliação, ou fechamento de vãos de e janelas portas ou janelas por m2, acresce ao valor referido em 1., por m2	150,00	5,40 €	810,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fração	1	11,85 €	11,85 €
	TOTAL			908,30 €

Dado que o requerente já efetuou o pagamento referente à apreciação com valor de 21,60 deverá proceder ao pagamento de (908,30-21,60=886,70) 886,70 Euros em vez dos 908,30 euros.-----

Assim o valor Global a cobrar é de 1369,07 Euros (886,70 +482,37 = 1369,07).-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 14.12.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando a aprovação do projecto de arquitetura da operação urbanística em presença (Ampliação de um armazém, localizado no lugar da Lamalonga, em Vidago) e o deferimento do pedido de licenciamento da respectiva operação urbanística, nos termos e para os efeitos enunciados nos itens VII, VIII e IX deste documento.-----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.12.17. -----

Aprovo nos termos da informação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.13. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 674/18 - JOÃO DE AZEVEDO SANTOS - RUA DA CARREIRA DA VILA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 18.12.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

1.1- Através dos requerimentos n.º 1783/18, 1865/18 e 2037/18, referente ao processo n.º 674/18, o Sr.º João de Azevedo Santos, na qualidade de proprietário, apresenta um pedido, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de construção¹³, de uma habitação unifamiliar, localizada na rua da Carreira da Vila - Caneiro, União das freguesias da Madalena e Samaiões no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total de 3.555,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 1067 e descrito na conservatória do Registo Predial sob o n.º 993/20121122, da freguesia da Madalena.----

2 - ANTECEDENTES -----

2.1- Não foram encontrados no arquivo municipal, antecedentes do projeto.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º 4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão da Conservatória do Registo Predial; -----
- Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----
- Ortofotomapa à escala 1:500;-----
- Planta de localização à escala 1:2 000;-----
- Levantamento fotográfico;-----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-

¹³ «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;---

- Declarações do técnico, comprovativa de inscrição em associação pública de caráter profissional;-----
- Declaração de seguro de responsabilidade civil profissional do técnico;-----
- Quadro de áreas;-----
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Termo de responsabilidade do plano de acessibilidades e respetivo plano;-----
- Levantamento topográfico à escala 1:500;-----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 500;-----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Ficha de elementos estatísticos;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Termo de responsabilidade de autor do projeto de estabilidade;-----
- Termo de responsabilidade de autor do projeto de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e de águas pluviais;-----
- Termo de responsabilidade de autor do estudo de comportamento térmico;-----
- Termo de responsabilidade de autor do projeto acústico;-----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio;-----
- Termo de responsabilidade do autor do projeto de arranjos exteriores;
- Fatura da luz;-----
- Fatura do telefone;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1-O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por respeitar à legalização das obras de construção.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 47 A, o prédio urbano está inserido em dois espaços distintos: em espaço de classe 4, espaços agrícolas e florestais, subcategoria 4.2.B - espaços Agrícolas Condicionados (RAN + REN) e em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.4 - áreas periurbanas de Chaves, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Diretor Municipal.-----

4.2.2- Segundo a planta de condicionantes n.º47A do PDM, sobre o prédio impende uma servidão aeronáutica relativa ao Aeródromo de Chaves e restrições relativas à classificação do solo de acordo com a sua capacidade de uso - solo possui aptidões e características mais adequadas à atividade agrícola e ecológica. O prédio insere-se ainda em área do Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga de Chaves (AHVCH).--

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- O requerente pretende a legalização da construção de uma habitação unifamiliar e de um anexo de apoio. A habitação, levada a efeito, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio, possui dois pisos: r/chão e andar, preconizando uma área bruta de construção de

329,20 m². O anexo de apoio, igualmente levado a efeito sem os necessários atos administrativos de controlo prévio, possui uma área de 47,00 m².-----

5.2- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º- C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-11-15, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 87/2018", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.3- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar, objeto de pedido de legalização das obras levadas a efeito, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio. Relativamente, ao edifício secundário (anexo de apoio) destinado arrumos, embora se encontre em razoável estado de conservação, situa-se em área de Reserva Agrícola e Ecológica Nacional, não constando do processo, os pareceres favoráveis das entidades com jurisdição sobre o local, necessários para o seu licenciamento, designadamente, da Entidade Regional de Reserva Agrícola e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.-----

5.4- De acordo com o referido no anterior ponto 4.2.2, o prédio urbano insere-se em área do Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga de Chaves (AHVCH), pelo que, está sujeito a prévia exclusão do AHVCH, nos termos do artigo 17.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal. O requerente apresenta documento comprovativo, da exclusão do prédio urbano objeto do presente pedido, do Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga de Chaves (AHVCH), conforme parecer da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGDAR), datado de 07 de Agosto de 2018.-----

5.5- Face à servidão aeronáutica (Aeródromo de Chaves) que impende sobre o prédio e nos termos do disposto no n.º1 artigo 13-B.º, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), o requerente consultou, a entidade, ANAC - Autoridade Nacional da Aviação Civil, a qual, emitiu parecer favorável datado de 18 de Outubro de 2018.-----

5.6- A implantação da habitação, de acordo com a planta de implantação apresentada, é feita em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.4 - áreas periurbanas de Chaves.-----

5.7 - A área urbanizável da parcela, localiza-se dentro de uma faixa de terreno limitada pela via de acesso, e por uma linha traçada paralelamente a esta a uma distância de 30 m da respetiva berma.-----

5.8- A área de construção proposta, respeita o índice de utilização do solo estabelecido para o local, que é nestes casos de 0,50 m²/m² aplicado á área da parcela, ou seja, (área do terreno inserido em espaço urbano x índice de utilização) = 900,00 m² x 0,50m²/m² = 450,00 m² (máxima área bruta de construção permitida) > 329,20 m² (área bruta de construção proposta).-----

5.9- As obras de construção da habitação unifamiliar, a legalizar, respeitam os artigos 18.º e a subalínea iv) da alínea a1) do n.º 2 do artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

5.10- Relativamente à edificação secundária (anexo de apoio), carece da obtenção de pareceres prévios da Comissão Regional de Reserva Agrícola, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e do Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural, os quais, diga-se o requerente refere que está a envidar esforços no sentido da sua obtenção.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, coordenador do projeto, do autor do plano de acessibilidades e dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados.-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

7.1- De acordo com a alínea a) do n.º 1, do artigo 24.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 676,53 euros.-----

7.2- As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 217,15 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 893,68 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas) do anexo I. -----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que se trata de uma edificação, destinada a habitação unifamiliar, que foi levada a efeito, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio.-----

8.2- Considerando, que a proposta apresentada, cumpre o disposto no n.º4 do artigo 19.º e a subalínea iv) da alínea al) do n.º 2 do artigo 19.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, pelo facto de: a área bruta de construção proposta, respeitar o índice de construção do local que é de 0.50 m²/m² aplicado á área da parcela, a altura da edificação não ultrapassa 7,5 metros, o uso previsto é de habitação unifamiliar e a existência de uma faixa non aedificandi com uma largura mínima de 5 metros que permite estabelecer ligação autónoma da via pública às áreas agrícolas situadas para além das parcelas destinadas a edificação. -----

8.3- Considerando, que não são apresentados os pareceres das entidades com jurisdição sobre o local de implantação do anexo de apoio, identificadas no ponto 5.3., da presente informação, a aprovação, desta edificação secundária, ficará dependente da apresentação dos referidos pareceres.-----

8.4- Considerando que a edificação principal, destinada a habitação unifamiliar, não está dependente da edificação secundária, destinada a anexo de apoio, a qual, diga-se, não pode ser ainda objeto de licenciamento, face á necessidade de obtenção dos pareceres da Comissão Regional de Reserva Agrícola, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e do Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural.-----

8.5- Considerando, que a operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas às acessibilidades, aos requisitos térmicos e acústicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências. Neste contexto, mesmo que o edifício tivesse sido construído legalmente, sempre existiria sem estas exigências.-----

8.6- Considerando que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação, na habitação unifamiliar, o título a emitir será, o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo

73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel.-----

c) Caso, a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção da habitação unifamiliar, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º- C, do mesmo preceito regulamentar;-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----
Áreas (m²)

PISO	Habitação	Comércio/Serviços	Arrumos	Armazém	TOTAL
Piso 0	148,00				148,00
Piso 2	181,20				181,20
TOTAL	329,20	0,00	0,00	0,00	329,20

Cércea - 5,65 ml

Volume - 889,88 m³

QUADRO I

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)

QUADRO I				custos (C)		
		s/n	larg.	C/m	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem					
	- Semipenetração betuminosa	/	0		14,21	0,00 €/m
	- Betão betuminoso	/	6,45		19,33	124,68 €/m
	- Granito (calçada a cubos)	/	0		13,08	0,00 €/m
	- Granito (calçada à portuguesa)	/	0		8,53	0,00 €/m
	- Betão	/	0		13,08	0,00 €/m
	Passeios					
	- Lancil (Betão)	0	/	17,63		0,00 €/m
	- Lancil (Granito)	0	/	39,80		0,00 €/m
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	/	0		15,92	0,00 €/m
	- Pavimento (Mosaico)	/	0		25,02	0,00 €/m
REDE DE ÁGUA		1	/	21,61		21,61 €/m
REDE DE ESGOTOS		1	/	34,12		34,12 €/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	/	45,49		0,00 €/m
C - custo das obras existentes na via pública / m						180,41 €/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública						15

Moradia unifamiliar
- alínea a) do n.º 1 do artigo
24.º

T = C x m x 0,25

T = 676,53 €

QUADRO II

- Cálculo das taxas administrativas

(art.º 66 da subsecção IV)

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 2	Para habitação unifamiliar, por fogo			
a)	Até 250 m2	0	75,65€	0,00 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	1	86,45€	86,45 €
c)	Superior a 500 m2	0	97,35€	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	1	11,85€	11,85 €
Art.76,n.º6	Vistoria		54,00€	54,00 €
	TOTAL			217,15 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 676,53 € + 217,15 € = 893,68 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 19.12.2018:-----

Visto. Concorro. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (Habitação unifamiliar, sita na Rua da Carreira da Vila em Chaves) e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa. No alvará de autorização de utilização a emitir deverá constar a menção expressa de que o imóvel a que respeita foi objecto de legalização.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.12.20. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.14. PROPOSTA PARA A ATUALIZAÇÃO DO TARIFÁRIO DOS TUC A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2019 - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º GUILHERME TOMAZ DATADA DE 17.12.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO / ENQUADRAMENTO-----

Em consequência do aumento dos custos de exploração do serviço dos Transportes Urbanos de Chaves e da "TAXA DE ATUALIZAÇÃO TARIFÁRIA 2019", publicada pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º, do n.º 2 do artigo 7.º e do artigo 14.º, todos da Portaria n.º 298/2018, de 19 de novembro, vem a concessionária, Auto Viação do Tâmega, Lda., ao abrigo do disposto na Cláusula 14.ª do "Contrato para a Concessão, em regime de serviço público, da rede de transportes coletivos urbanos de passageiros, na área da sede do Concelho de Chaves", propor a seguinte atualização do tarifário, a praticar a partir do próximo dia 1 de janeiro de 2019:

Tipo	Tarifário em vigor	Tarifário Proposto pela Concessionária
Bilhete Simples	0,90 €	1,05 €
Passe Mensal	24,00 €	26,50 €
Bilhetes pré-comprados - 10 viagens	7,00 €	8,00 €
Bilhetes pré-comprados - 10 viagens (reformados e estudantes)	6,00 €	7,00 €
Bilhetes pré-comprados - 20 viagens	13,00 €	14,50 €
Bilhetes pré-comprados - 20 viagens (reformados e estudantes)	11,00 €	12,50 €
Passe Mensal 4_18 Escalão A (com 60% de desconto)	9,60 €	10,60 €
Passe Mensal 4_18 Escalão B (com 25% de desconto)	18,00 €	19,90 €
Passe Mensal 4_18 Escalão Social + (com 25% de desconto)	18,00 €	-
Passe Mensal Sub_23 Ação Social (com 60% de desconto)	9,60 €	10,60 €
Passe Mensal Sub_23 Escalão Social + (com 25% de desconto)	18,00 €	19,90 €

2. CONSIDERAÇÕES DE FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA-----

2.1. Considerando que, como se pode constatar pela leitura do quadro seguinte, o tarifário proposto pela concessionária, representa um aumento médio na ordem dos 13 %:-----

Tipo	Tarifário em vigor	Tarifário Proposto pela Concessionária	VARIAÇÃO do preço para o utilizador
Bilhete Simples	0,90 €	1,05 €	17%
Passe Mensal	24,00 €	26,00 €	10%
Bilhetes pré-comprados - 10 viagens	7,00 €	8,00 €	14%
Bilhetes pré-comprados - 10 viagens (reformados e estudantes)	6,00 €	7,00 €	17%
Bilhetes pré-comprados - 20 viagens	13,00 €	15,00 €	12%
Bilhetes pré-comprados - 20 viagens (reformados e estudantes)	11,00 €	13,00 €	14%
Passe Mensal 4_18 Escalão A (com 60% de desconto)	9,60 €	10,40 €	10%
Passe Mensal 4_18 Escalão B (com 25% de desconto)	18,00 €	19,50 €	11%
Passe Mensal 4_18 Escalão Social + (com 25% de desconto)	18,00 €	19,50 €	-
Passe Mensal Sub_23 Ação Social (com 60% de desconto)	9,60 €	10,40 €	10%
Passe Mensal Sub_23 Escalão Social + (com 25% de desconto)	18,00 €	19,50 €	11%

2.2. Considerando que, nos termos de previsto no n.º 2 do artigo 6.º Portaria n.º 298/2018, de 19 de novembro, para o ano de 2019 está definida uma taxa de atualização tarifária (TAT) **máxima** de 1,14 %, que origina o aumento nos preços praticados que se representa na tabela abaixo, mais concretamente na coluna "Variação":-----

Tipo	Tarifário em vigor	TAT 2019	Variação	Tarifário Proposto
Bilhete Simples	0,90 €	1,14%	0,91 €	0,90 €
Passes Mensais	24,00 €	1,14%	24,27 €	24,30 €
Bilhetes pré-comprados - 10 viagens	7,00 €	1,14%	7,08 €	7,10 €
Bilhetes pré-comprados - 10 viagens (reformados e estudantes)	6,00 €	1,14%	6,07 €	6,10 €
Bilhetes pré-comprados - 20 viagens	13,00 €	1,14%	13,15 €	13,15 €
Bilhetes pré-comprados - 20 viagens (reformados e estudantes)	11,00 €	1,14%	11,13 €	11,10 €
Passe Mensal 4_18 Escalão A (com 60% de desconto)	9,60 €	1,14%	9,71 €	9,70 €
Passe Mensal 4_18 Escalão B (com 25% de desconto)	18,00 €	1,14%	18,21 €	18,20 €
Passe Mensal 4_18 Escalão Social + (com 25% de desconto)	18,00 €	-	-	-
Passe Mensal Sub_23 Ação Social (com 60% de desconto)	9,60 €	1,14%	9,71 €	9,70 €
Passe Mensal Sub_23 Escalão Social + (com 25% de desconto)	18,00 €	1,14%	18,21 €	18,20 €

2.3. Considerando que, para manter o bom relacionamento entre os utilizadores do serviço TUC e a empresa Auto Viação do Tâmega, Lda., é recomendável arredondar estas tarifas para os valores apresentados na coluna "Tarifário proposto", apresentada na tabela supra; -----

2.4. Considerando, por último, que a implementação de aumentos no tarifário superiores à TAT, para além de contrariar o disposto no n.º 2 do artigo 6.º Portaria n.º 298/2018, de 19 de novembro, poderá contribuir para o desincentivo da procura dos TUC por parte dos seus habituais utilizadores.-----

3. PROPOSTA-----

3.1. Face ao exposto, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir que, nos termos previstos na Cláusula 14.ª do "Contrato para a Concessão, em regime de serviço público, da rede de transportes coletivos urbanos de passageiros, na área da sede do Concelho de Chaves", seja ponderado superiormente, a aprovação do tarifário abaixo descrito, para vigorar a partir do dia 1 de janeiro de 2019.-----

Tipo	Tarifário a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2019
Bilhete Simples	0,90 €
Passes Mensais	24,30 €
Bilhetes pré-comprados - 10 viagens	7,10 €
Bilhetes pré-comprados - 10 viagens (reformados e estudantes)	6,10 €
Bilhetes pré-comprados - 20 viagens	13,15 €
Bilhetes pré-comprados - 20 viagens (reformados e estudantes)	11,10 €

Passe Mensal 4_18 Escalão A (com 60% de desconto)	9,70 €
Passe Mensal 4_18 Escalão B (com 25% de desconto)	18,20 €
Passe Mensal Sub_23 Ação Social (com 60% de desconto)	9,70 €
Passe Mensal Sub_23 Escalão Social + (com 25% de desconto)	18,20 €

3.2. Caso a presente proposta de atualização do tarifário, mereça a aprovação prévia por parte do Sr. Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado, tomo a liberdade de sugerir que a mesma seja submetida à consideração do Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz, para que, merecendo o seu acolhimento, profira despacho no sentido de a submeter à próxima Reunião de Câmara, para deliberação.-----

3.3. Uma vez conquistada a homologação por parte do Executivo Municipal, deverá esta proposta de atualização do tarifário ser enviada para a CIM do Alto Tâmega para que, na qualidade de Autoridade de Transportes do Alto Tâmega, aprove, nos termos da Cláusula 16.^a do "Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Âmbito do RJSPTP", celebrado em 18-1-2017, o novo regime tarifário agora proposto e o comunique à empresa concessionária do serviço de Transportes Urbanos de Chaves (Auto Viação do Tâmega, Lda) e à Autoridade da Mobilidade e dos Transportes.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, SR. ENG.º ABEL TEIXEIRA PEIXOTO:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Atento os fundamentos nela expressos, sou a propor que, nos termos da mesma, seja superiormente proferida decisão administrativa conducente (i) à aprovação da proposta para a atualização do tarifário dos TUC e (ii) ao sancionamento da estratégia procedimental enunciada no ponto 3.3.-----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.12.20. -----

À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. "SANEAMENTO BÁSICO DE FRANCE" - LIBERAÇÃO DE CAUÇÕES. -----
Foi presente a informação nº 382/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1.De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 5 de março de 2009, o Município de Chaves abriu procedimento por Concurso Público tendente à adjudicação da obra de "Saneamento Básico de France", de acordo com o estipulado no Decreto-lei nº18/2008 de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos". -----

2.De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 29 de junho de 2009, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Estevão Vinhais Chaves, Unipessoal, Lda." a execução da referida empreitada. -----

3.O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 11 de agosto de 2009. -----

4.O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 297.594,44€ (duzentos e noventa e sete mil, quinhentos e noventa e quatro euros e quarenta e quatro centésimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

•Prazo de execução da obra: 365 dias. -----

•O auto de consignação é de 1 de setembro de 2009 -----

5.Efetuada a medição final, resultaram trabalhos a menos no montante de 95.464,90€. -----

6.A receção provisória foi no dia 24 de fevereiro de 2014. -----

7.Para cumprimento das obrigações contratuais, a entidade executante apresentou a garantia bancária nº 36230488101964 emitida pelo Banco Santander Totta, S.A. e 3 de agosto de 2009, no valor de 14.879,72€ (catorze mil oitocentos e setenta e dois euros), correspondendo a 5% do valor da adjudicação e para reforço da caução prestada com vista a garantir o exato cumprimento das obrigações contratuais, foi efetuada a retenção de 5% do valor de cada auto de medição. -----

8.De harmonia com a deliberação camarária em 15/04/2016, foi aprovada a redução em 60% da respetiva garantia bancária (8.927,83€) e foi restituído o valor de 6.063.90€, correspondente a 60% do valor total retido nos autos de medição, respeitantes aos 1º e 2º anos passados, após a data da receção provisória. -----

9.De harmonia com a deliberação camarária, de 30/11/2017, foi aprovada a redução da respetiva garantia bancária, em 15%, no valor de 2.231,96€ e redução da garantia bancária em proporção aos trabalhos a menos, no valor de 1.193,31€ e autorizada a restituição de 15% do valor retido nos autos de medição, correspondendo ao valor de 1.515.97€. -----

10.Deste modo, na presente data, para garantia de execução da obra, existe a garantia bancária nº 36230488101964 emitida pelo Banco Santander Totta, S.A, no valor de 2.526,63€ e o valor retido de 2.526,63€, que correspondem a 25% do valor total executado. -----

II - Fundamentação -----

1.A entidade executante através de ofício que deu entrada nos serviços administrativos do Município de Chaves com o registo n.º 11315 do dia 29/10/2018, vem solicitar, o cancelamento da garantia bancária, nº 36230488101964 emitida pelo Banco Santander Totta, S.A, no valor de 2.526,63€, visto ter decorrido mais um ano (4ºano) da data do auto de receção provisória, de acordo com o previsto na alínea d) do ponto 5, do artigo 295º do CCP. -----

2.Face ao exposto, a fiscalização da obra, efetuou, uma visita ao local onde se executaram os trabalhos da empreitada, no dia 9/11/2018, constatando-se, não haver anomalias resultantes de defeitos de execução. -----

3.Visto terem decorridos quatro anos após a data da receção provisória da obra, não se vê qualquer inconveniente na redução em mais 15% do valor total das garantias prestadas, de acordo com o seguinte: -----
 Valor total a reduzir, 3.031,95€, correspondendo: -----
 - Garantia bancária nº 36230488101964 emitida pelo Banco Santander Totta, S.A. - Extinção da garantia, no valor de 2.526,63€; -----
 - Restituição do valor retido nos autos de medição, 505,32€ -----

Valor do Contrato 297.594,44€ Trabalhos a menos 95.464,90€	Garantia bancária nº 36230488101964 (Banco Santander Totta) (5%) 14.879,72€ Redução garantia dos trabalhos a menos (5%) - (4.773,24€)	Redução da garantia bancária	
		1º Ano 30%	4.463,92€
		2º Ano 30%	4.463,92€
	Valor da Garantia bancária (10.106,50€)	3º Ano 15% Dedução T. menos	2.231,96€ 4.773.24€
		4º Ano 15%	1.515,97€

Valor do Contrato	Retenção nos autos medição (5%)	Liberação do Valor da Caução	
297.594,44 €	10.106,50€	1º ano, 30%	3.031,95€
		2º ano, 30%	3.031,95€
		3º ano, 15%	1.515,97€
		4º ano, 15%	1.515,97€

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Face ao exposto, em coerência com as razões de facto e direito enunciadas, não se vê qualquer inconveniente no deferimento do pedido do requerente, pelo que se propõe a adoção do seguinte procedimento administrativo: -----

1. Levar a presente informação à próxima reunião de câmara, de modo a que superiormente seja pronunciada decisão conducente ao deferimento, da autorização da redução das referidas garantias; -----

2. Caso a proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, que seja autorizada a extinção da Garantia bancária nº 36230488101964 emitida pelo Banco Santander Totta, S.A. no valor de 2.526,63€ e que a Divisão de Gestão Financeira proceda à restituição do valor de 505,32€; -----

3. Caso a presente proposta venha a merecer aprovação, por parte do órgão executivo, comunicar a mesma à entidade executante, de acordo com a alínea d) do ponto 5 do artigo 295º do CCP. -----

À consideração superior -----

Divisão de Obras Públicas, 3 de dezembro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Madalena Branco) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.12.17. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.12.20. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.2. REQUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA FERNÃO DE MAGALHÃES, CHAVES - CONCURSO PÚBLICO. -----

Foi presente a informação nº 426/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

Para conhecimento e respetiva aprovação, apresenta-se em anexo o projeto e processo de procedimento para a execução da obra, "Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Fernão de Magalhães, Chaves". -----

O presente projeto decorre de um acordo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Educação e o Município de Chaves, para efeitos de requalificação e modernização das instalações da escola Fernão de Magalhães e surge na esfera do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, celebrado em 5 de agosto de 2015, entre a Comunidade Intermunicipal do alto Tâmega e as Autoridades de Gestão dos programas operacionais financiadores. -----

Pretende o Município de Chaves, com o presente projeto, realizar obras de restauro a nível de coberturas, a nível de interiores nos laboratórios, auditório e espaços de apoio, construção de recreio coberto e execução de arranjos exteriores. -----

2. PROPOSTA / DECISÃO: -----

Assim e face ao descrito propõe-se: -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

2. Seja autorizado pelo executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Fernão de Magalhães, Chaves";

3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em 530.691,30 Euros (Quinhentos e trinta mil, seiscentos e noventa e um euros e trinta cêntimos), acrescido do respetivo valor do IVA. -----

A fundamentação do preço base do concurso foi elaborada pelo projetista - João Pedro Araújo Teixeira, que faz parte integrante e que anexamos;

4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adotado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----

5. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 365 dias. -----

6. Para a realização da presente empreitada, foram solicitados os seguintes pareceres prévios: -----

- Parecer favorável do Ministério da Educação. -----

7. De acordo com o definido na alínea b) do n.º 1 do artigo n.º 46.º-

A do Código dos Contratos Públicos, decidiu-se não prever a adjudicação por Lotes, por se tratar de uma obra que se desenvolve num espaço único e com interligação entre as várias especialidades, não sendo objetivamente possível a sua divisão por lotes, considerando a existência de um único projeto de execução, cujos trabalhos que o integram não serem técnica e fisicamente separáveis; -----

8. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respetivamente: -

a) Projeto de execução (Com base na informação n.º 109/DPM/2018); --

b) Anúncio conforme modelo estipulado no Anexo I, da Portaria n.º 371/2017 de 14/12; -----

c) Programa de Procedimento; -----
d) Caderno de Encargos; -----
e) Plano de Segurança e Saúde; -----
f) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;
g) Cópia do Relatório da Comissão Municipal de Revisão de Projetos. -
9. Que de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----
Presidente: Madalena Branco -----
1º Vogal efetivo: Vítor Pereira -----
2º Vogal efetivo: Fernanda Serra -----
Suplentes: -----
1º Vogal suplente: Abel Peixoto -----
2º Vogal suplente: Amélia Rodrigues -----
10. Que de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com exceção no disposto no n.º 2 do artigo 69.º do C.C.P. -----
11. Encontrando-se em vigor da Portaria 701-H/2008 de 29 de julho, foi na elaboração do presente projeto, tida em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP. -----
Dado tratar-se de uma obra classificada na categoria superior a III, foi efetuada a revisão do projeto pela Comissão Municipal de Revisão de Projetos, cujo Relatório elaborado a 13 de novembro de 2018 se anexa, entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no n.º 5 do artigo 43.º do referido diploma, são dispensáveis, designadamente: -----
- Levantamentos E análises de campo - O Levantamento topográfico faz parte das peças do procedimento; -----
- Estudo geológico - geotécnico - Foi considerada a informação geológica - geotécnica existente, da área de intervenção considerada no projeto; -----
- Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito não se encontra sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projetos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro, bem como pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de janeiro; -----
- Estudos de impacto social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - Não aplicável, dada a natureza da obra; -----
- Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros; -----
- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo. -----
12. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 530.691,30 euros, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 2.1.1. 0102/07010305 0212 2017 I 23, tendo sido concedida à obra a proposta de cabimento n.º 2517/2018. -----
À consideração Superior. -----
Divisão de Obras Públicas, 17 de dezembro de 2018. -----
A Chefe de Divisão -----

(Amélia Rodrigues) -----
Em anexo: -----

- Projeto de Execução; -----
- Informação n.º 109/DPM/2018; -----
- Cópia do Parecer Externo; -----
- Modelo de Anúncio de Concurso Público; -----
- Programa de Procedimento; -----
- Caderno de Encargos; -----
- Plano de Segurança e Saúde; -----
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;
- Cópia do Relatório da Comissão Municipal de Revisão de Projetos. -
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.12.20. -----

À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

De seguida, concluída a análise, discussão e votação do assunto, em apreciação, usou da palavra, o Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo manifestado o seu sentimento de congratulação com a abertura do presente procedimento concursal, até porque a Escola Fernão de Magalhães é uma escola de referência, no Concelho de Chaves, sendo, por isso, importante a sua efetiva requalificação. -----

1.3. APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA "LOTES 8 E 12 - REQUALIFICAÇÃO DAS AVENIDAS DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO, XAVIER TEIXEIRA E RAPOSEIRA, DAS RUAS LINHA DO COMBOIO E AREGOS E DO VIADUTO DA RAPOSEIRA - PAMUS 1.5, 3.2 E 3.4" E NOMEAÇÃO DO RESPECTIVO COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA. -----

Foi presente a informação n.º 427/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1 - A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica - 2ª Série, n.º 158 de 17 de agosto de 2018, concurso público, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Lotes 8 e 12 - Requalificação das Avenidas Dr. Francisco Sá Carneiro, Xavier Teixeira e Raposeira, das Ruas Linha do Comboio e Aregos e do Viaduto da Raposeira - PAMUS 1.5, 3.2 e 3.4"; -----

2 - De harmonia com a deliberação Camarária tomada na reunião ordinária realizada no dia 04 de outubro de 2018, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Higino Pinheiro & Irmão, S.A.", a execução da referida empreitada; -----

3 - O valor da adjudicação na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária é de 785.792,99 € (Setecentos e oitenta e cinco mil setecentos e noventa e dois euros e noventa e nove cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, com o prazo de execução da obra de 240 dias; -----

4 - O ato adjudicatório veio a ser formalizado através da assinatura do contrato administrativo de obras públicas, no dia 20 de novembro de 2018; -----

5 - O Auto de consignação da obra foi assinado em 03 de dezembro de 2018; -----

6 - O adjudicatário apresentou o Plano de Segurança e Saúde no Trabalho de Estaleiros Temporários ou Móveis. -----

II - Fundamentação -----

Face à necessidade de reduzir os riscos profissionais no sector da construção civil, e de acordo com a legislação em vigor, torna-se necessário dar integral cumprimento às obrigações decorrentes do Decreto-lei nº 273/2003 de 29 de outubro, relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis. -----

Assim e de acordo com o ponto 3 do artigo 5º do Decreto-lei nº 273/2003, foi apresentado pela entidade executante o plano de segurança e saúde no trabalho, para a fase de execução da obra. -----

Analisado o Plano de Segurança e Saúde no trabalho, pela Sr.ª Eng.ª Fernanda Serra, conclui-se que o mesmo se encontra em condições de ser aprovado condicionalmente, devendo o referido plano ser atualizado, sempre que no decurso da empreitada se verifique que as condições iniciais de execução de tarefas sejam alteradas, ou identificados novos riscos. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Considerando que é obrigação do dono da obra, nomear o coordenador de segurança em obra, de acordo com o nº 3 do artigo 9º, do já referido diploma legal, propõe-se ao executivo camarário, deliberação no sentido de: -----

1. Aprovar o Plano de Segurança e saúde em anexo; -----

2. Nomear como coordenador de segurança a Técnica Superior, Eng.ª Fernanda Serra -----

3. Dando cumprimento ao ponto 4 do mesmo artigo, junto se anexa declaração conjunta onde é expressa a nomeação do coordenador de segurança e a sua aceitação; -----

4. De acordo com o nº 1 do artigo 15º do Dec. Lei nº 273/2003 de 29 de outubro, deverá ser comunicado a abertura de estaleiro à ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho). -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 14 de dezembro de 2018. -----

A Chefe de Divisão -----
(Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues) -----

Em Anexo: O Plano de Segurança e Saúde. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.12.20. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.4. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 28/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 28/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 14.440,09

€, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.12.20. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €14.440,09 (catorze mil, quatrocentos e quarenta euros e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.5. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 29/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 29/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 13.902,31 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.12.20. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €13.902,31 (treze mil, novecentos e dois euros e trinta e um cêntimo), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.6. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 02/DOP/2018 (SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 02/DOP/2018 (Suprimento de Erros e Omissões), da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 12.347,00 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.12.20. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €12.347,00 (doze mil, trezentos e quarenta e sete euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.7. ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL CHAVES - ADUTORA CANDO - SOUTELO E RESERVATÓRIO DE SOUTELO - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 11/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 11/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SINOP - ANTÓNIO MOREIRA DOS SANTOS, S.A., no valor de 36.728,46 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.12.20. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €36.728,46 (trinta e seis mil, setecentos e vinte e oito euros e quarenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

VII EXPROPRIAÇÕES

VIII DIVISÃO DE ÁGUAS E RESÍDUOS

1. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES. ANDRÉ FILIPE RODRIGUES BORGES. INFORMAÇÃO Nº254/DAR/2018. -----

Foi presente a informação nº254/DAR/2018, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

I - Enquadramento-----

Deu entrada na Divisão de Águas e Resíduos em 05 de dezembro de 2018, um pedido em nome de André Filipe Rodrigues Borges, contribuinte n.º219828741, a solicitar o pagamento em prestações, de uma dívida contraída junto do Município de Chaves, a título de consumos de água, recolha de águas residuais e resíduos sólidos urbanos efetuados e não pagos, numa instalação na rua D. Afonso II, 48, 2ºA.-----

A 05 de dezembro de 2018, foi dado conhecimento ao requerente, de que o pagamento em prestações está previsto no regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, tendo-lhe sido solicitada a documentação exigida para a apreciação do pedido;-----
Apresentou o requerente declaração da Segurança Social dos rendimentos do agregado familiar;-----

II - Fundamentação-----

Atendendo ao artigo 166.º do regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos, as dívidas referentes à faturação dos serviços de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos, poderão ser pagas em

prestações mensais e iguais, mediante requerimento devidamente fundamentado, a dirigir ao Presidente da Câmara;-----
 O deferimento da pretensão será decidido por deliberação do executivo municipal, desde que seja demonstrada a impossibilidade do sujeito passivo para efetuar o pagamento em dívida;-----
 A situação económica do sujeito passivo é comprovada por declaração anual de rendimentos, bem como por declaração das Finanças de ausência de património e na ausência de rendimentos por declaração do Instituto de Segurança Social ou entidade congénere, da existência de reformas, pensões e outros auxílios económicos;-----
 Compulsados os registos existentes no programa informático responsável pela gestão do processo de faturação, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa à presente informação, a dívida atual da requerente, corresponde à data de apresentação do pedido é 67,72€ mais juros;-----
 Da análise da documentação apresentada, conclui-se que a ora peticionária reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em prestações ao abrigo do retrocitado artigo do regulamento municipal;-----
 Considerando que o valor da dívida é inferior a 250€ e o valor mínimo regulamentado para a prestação mensal até esse valor ser de 25€, pelo que o faseamento do pagamento da dívida, solicitado em 3 prestações, dá cumprimento ao exigido.-----

III - Da Proposta em Sentido estrito-----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

- a. Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização do pagamento faseado do valor da dívida de 67,72€ mais juros por parte da peticionária, em 3 prestações mensais;-----
- b. Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----
- c. Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal à Divisão de Águas e Resíduos.-----

Chaves, 13 de dezembro de 2018.-----
 O Chefe de Divisão-----
 no uso de competências subdelegadas-----
 (Eng. Delmar Fernandes)-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.14-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.12.14. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IX

DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

X

FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

1. CONCURSO PÚBLICO Nº6/SC/2018 - FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS, EM POSTOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E A GRANEL - RELATÓRIO FINAL. INFORMAÇÃO Nº27/SC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Antecedentes e justificação -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº197/99 de 8 de junho, a Câmara Municipal de Chaves, em sua reunião ordinária, no dia 29 de novembro de 2018 autorizou a abertura de um procedimento por concurso público para aquisição de combustíveis rodoviários, em postos de abastecimento público e a granel; -----

- Considerando que, no dia 10 de dezembro de 2018, o júri responsável pela condução do presente procedimento elaborou um relatório de avaliação de propostas no qual propôs a adjudicação do lote 1 (fornecimento contínuo de combustíveis rodoviários, em postos de abastecimento público) à empresa "Lubrífuel - Combustíveis e Lubrificantes, Lda.", pelo valor de 17.429,00€ (dezassete mil, quatrocentos e vinte e nove euros) e a adjudicação do lote 2 (fornecimento contínuo de combustíveis rodoviários a granel) à empresa "Gaspe - Combustíveis, Lda.", pelo valor de 128.940,00€ (cento e vinte e oito mil, novecentos e quarenta euros); -----

- Considerando que, nos termos do disposto no artigo 290º-A do Código dos Contratos Públicos, o contraente público deve designar um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste. -----

2. Da Proposta em sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: -----

a) Que se remeta, para aprovação, o relatório final, à entidade competente para autorizar a despesa, no caso, a Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 148º do Código dos Contratos Públicos; -

b) Nos termos do disposto no artigo 290º-A do CCP, que seja designado como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, o Chefe da Divisão de Recursos Operacionais, Eng.º Inácio Santos. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 19 de dezembro de 2018 -----

A Técnica Superior, -----
em regime de mobilidade -----

(Susana Borges) -----

Em anexo: Relatório final -----

Minutas dos contratos -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2018.12.19 -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.12.20. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

XI ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. 15ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2018 - REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL NAS MODIFICAÇÕES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº70/DGF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

Considerando, o artº40º da Lei n.º 73/2013, de 3/set (RFALEI) 1, sob a epígrafe "Equilíbrio orçamental", prevê-se o seguinte: -----

1. Os orçamentos das entidades do setor local prevêm as receitas necessárias para cobrir todas as despesas. -----

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos. -----

3. O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte. -----

4. Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo. -----

II - Fundamentação -----

Considerando, que, independentemente da terminologia adotada nas normas citadas, o cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, nos momentos seguintes: -----

1 - No momento da elaboração do orçamento, em mapa (com um conteúdo que permita aferir a situação em termos da regra de equilíbrio - cfr. infra) a integrar o documento previsto no artigo 46.º, nº1, al. a), do RFALEI; -----

2 - Quando da elaboração de eventuais modificações, em mapa específico (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) que deve acompanhar e integrar a respetiva proposta apresentada, no caso, o Presidente da Câmara, com competências delegadas, para aprovação; ---

3 - Ao nível da execução orçamental, em mapa (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) a incluir no relatório de gestão que integra os documentos de prestação de contas. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Face ao exposto, a seguir se traduz em quadro de monitorização, do aludido art.º 40º, o cumprimento de tal regra à data atual. -----

a) **Aquando da Elaboração/aprovação orçamento inicial - 2018:**

Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro		
Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais		
Regra do Equilíbrio art.º 40º		
	Valor	Validação
Receita Corrente bruta	33.423.471,04	Cumpre
Despesa corrente	25.157.254,36	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo	2.940.158,86	
Apuramento do saldo corrente		
Receita corrente cobrada (1)	33.423.471,04	
Despesa corrente paga (2)	25.157.254,36	
Saldo Corrente (3)=(1)-(2)	8.266.216,68	
Amortizações previstas (4)	3.088.789,08	
Saldo Corrente deduzido pelas Amortizações (5)=(3)-(4)	5.177.427,60	
Total das receitas correntes totais (6)	33.423.471,04	
5% das receitas correntes totais (7)=(6)x5%	1.671.173,55	

b) **Em cada modificação orçamental/execução periódica: -----**

LEI n.º 73/2013, de 3 de setembro

Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais

18/12/2018		
REGRAS ORÇAMENTAIS - artº 40º		
	Valor	Validação
Receita corrente bruta cobrada	30 305 619,51 €	Situação de Cumprimento
Despesa corrente paga	22 020 038,93 €	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo	2 940 158,86 €	
Apuramento do saldo corrente		
Receita corrente bruta cobrada (1)	30 305 619,51 €	Situação de Cumprimento
Despesa corrente paga (2)	22 020 038,93 €	
Saldo Corrente (3) = (1) - (2)	8 285 580,58 €	
Amortizações previstas (4)	3 088 789,08 €	
Saldo Corrente deduzido pelas Amortizações (5) = (3) - (4)	5 196 791,50 €	
Total das receitas correntes totais (6)	30 305 619,51 €	Não aplicável (Situação de Cumprimento)
5% das receitas correntes totais (7) = (6) x 5%	1 515 280,98 €	

Chaves, 18 de dezembro de 2018 -----

A Chefe de Divisão, -----
 (Márcia Santos, Dra.) -----
 Anexo: Mapa da 15ª Modificação aos Documentos Previsionais 2018 -----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.19-----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.12.20. -----
 À reunião de Câmara. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

XII DIVERSOS

1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DOS ANIMAIS DE CHAVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N° 52/GFS/2018. -----
 Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----
1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----
 Com a presente informação pretende-se desencadear os procedimentos tendentes ao pagamento da comparticipação financeira, relativa à campanha de esterilização de animais de companhia, dinamizada pelo Município de Chaves em parceria com a Associação dos Amigos dos Animais de Chaves. -----
2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA -----
2.1. No uso das competências determinadas pelo disposto na alínea o), do número 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa, ou outra. -----
2.2. O governo através do despacho conjunto dos Ministérios das Finanças, Administração Interna e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento, das Autarquias Locais e da Agricultura e Alimentação, n.º 3283/2018, de 22 de março de 2018, aprovou um apoio financeiro no montante global de 500.000,00€ para a promoção de uma campanha de apoio à esterilização de cães e gatos de companhia. -----
2.3. De acordo com o diploma, os municípios podiam beneficiar deste apoio financeiro, que é atribuído por cão ou gato esterilizado num centro de atendimento médico veterinário autorizado para o efeito. Os valores, fixos, por animal esterilizado variam: 15 euros para um gato, 30 euros para um cão, 35 euros para uma gata e 55 para uma cadela. Sendo que cada município poderia receber no máximo 15 mil euros. ----
2.4. Para se habilitar a este apoio, o Município de Chaves manifestou a sua intenção através do preenchimento de formulário próprio, que viu aprovado a 9 de junho de 2018. -----
2.5. No entanto, para operacionalizar esta campanha entendeu, a senhora Vereadora, Eng.ª Paula Chaves, sob proposta do Gabinete de Fiscalização Sanitária, propor uma parceria à Associação dos Amigos dos Animais de Chaves (AAAC). Para o efeito foi realizada uma reunião

no pretérito mês de julho, onde esteve presente a sua presidente, Milena Melo, resultando os seguintes compromissos: -----

- (i) Face à problemática de cães errantes na via pública e à dificuldade de adoção de fêmeas, apenas seriam esterilizadas cadelas; -----
- (ii) Os animais a esterilizar seriam selecionados pela AAAC, que asseguraria o seu encaminhamento para os respetivos centros de atendimento (clínicas veterinárias) e os cuidados pós-operatórios; --
- (iii) Uma vez que os pedidos de pagamento do apoio dirigidos à DGAV obrigavam a um mínimo de 25 esterilizações, a campanha seria dinamizada em 2 fases (25 + 25); -----
- (iv) Em contrapartida, o Município de Chaves assumiria, através de uma comparticipação financeira a atribuir à associação, todos os custos decorrentes da campanha, nomeadamente com as cirurgias, obrigatória identificação eletrónica dos animais (chip) e vacinação antirrábica. -----

2.6. No entanto, face à falta de disponibilidade das clínicas veterinárias para a concretização das 2 fases da campanha, apenas se realizaram 25 cirurgias, com uma despesa de 2.950,00€ (dois mil, novecentos e cinquenta euros), ao que acresce a identificação e vacinação antirrábica no valor de 475,00€ (quatrocentos e setenta e cinco euros), perfazendo um total de 3.425,00€ (três mil, quatrocentos e vinte e cinco euros). -----

2.7. Ainda no âmbito da candidatura ao apoio, o município realizou um pedido de pagamento, já aprovado pela Direção-Geral de Veterinária, no valor de 1.375,00€ (mil trezentos e setenta e cinco euros). -----

3. DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----
Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

- (i) Que a presente proposta seja encaminhada para a Divisão de Gestão Financeira (DGF), para atribuição do cabimento da despesa, inscrita na rubrica **04.07.01.99** do Orçamento Municipal, aprovado para 2018, em cumprimento com o Lei dos compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA); -----
- (ii) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista a ser deliberado manifestar a intenção de deferir o apoio financeiro, no montante de 3.425,00€ (três mil quatrocentos e vinte e cinco euros); -----
- (iii) Dar conhecimento do teor da decisão administrativa à Associação dos Amigos dos Animais de Chaves; -----
- (iv) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do Executivo Camarário, dever-se-á promover a devida publicitação de tal liberalidade e para o fim em vista em Jornal Local e/ou em Boletim Municipal; -----
- (v) Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta à Divisão de Gestão Financeira, para ulterior operacionalização. -----

À consideração superior, -----
Chaves, 14 de dezembro de 2018 -----
O Médico Veterinário Municipal -----
Sotero Palavras -----

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 17/12/2018 -----
Concordo. Proceda-se em conformidade com o proposto. À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram dez horas e quarenta e cinco minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----
